

BANCO  
**inter**

Demonstrações  
Financeiras  
em 30 de junho de  
2018 e 2017

[bancointer.com.br](http://bancointer.com.br)



# Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>6</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>17</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>18</b>

## Relatório da Administração

A Administração do Banco Inter S.A., banco múltiplo privado, especializado em crédito e serviços digitais, em conformidade com as disposições legais e estatutárias apresenta a seus acionistas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do período findo em 30 de junho de 2018. As informações, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de reais) e foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) quando aplicável.

### Banco Inter S.A.

O Banco Inter é um banco completamente digital e atua como líder na revolução da indústria bancária brasileira, oferecendo uma proposta de valor disruptiva e inédita. Oferece um novo conceito de banco - ofertando um portfólio completo de serviços e produtos financeiros, sem cobrança de tarifas bancárias, para todos os tipos de clientes, independentemente da idade e condição econômica ou social.

Possuímos um modelo de negócios único, reunindo as melhores características da indústria bancária tradicional e das empresas de tecnologia da área financeira (fintechs). Os mais de 20 anos de experiência e histórico de sucesso na indústria bancária brasileira nos garantem credibilidade e expertise para prover serviços e produtos de qualidade em um mercado fortemente regulado. A essência fintech, em paralelo, proporciona um modelo de negócio moderno, ágil, escalável e digital, atendendo da melhor forma as demandas dos clientes e as estratégias de crescimento.

Por meio da plataforma digital, acessada através da nossa conta 100% digital e gratuita, via aplicativo e internet banking, oferecemos produtos próprios e produtos de terceiros, que vão de produtos financeiros tradicionais a serviços inovadores, como a conta corrente, crédito imobiliário, crédito pessoal, investimentos, seguros, consórcios, Interpag (pagamento via QR Code), crédito para celulares pré-pagos, dentre outros.

Em 30 de junho de 2018, o Banco estava presente em mais de 5.000 municípios brasileiros, e possuía correntistas em 100% das cidades brasileiras com mais de 20 mil habitantes. Além disso, a plataforma digital possibilita um acelerado crescimento na base de correntistas digitais evoluindo de 184,7 mil correntistas em 30 de junho de 2017 para 741,5 mil em 30 de junho de 2018, equivalente a 301,4% de crescimento no período.

No primeiro semestre de 2018 demos um passo importante para avançarmos ainda mais no nosso propósito de revolução bancária ao fazermos nossa Oferta Pública de Ações (*Initial Public Offering* - IPO), concretizada em 30 de abril de 2018.

### Destaques Operacionais

#### Conta Digital

Em 30 de junho de 2018, atingimos 741,5 mil correntistas digitais, continuamos implementando melhorias em nossa Conta Digital, lançando novos produtos, como o consórcio, e investindo em melhor experiência do usuário em nosso aplicativo. Durante o semestre, incrementamos o número de contas abertas por dia, chegando a abrir em média mais de 3,6 mil contas no mês de junho.

No primeiro semestre de 2018, o número de transações realizadas via app e internet banking totalizou 23,9 milhões, aumento expressivo de 499%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, o montante transacionado foi de R\$ 13,7 bilhões no primeiro semestre de 2018, incremento de 186% em relação ao mesmo período do ano anterior.

#### Carteira de Crédito

Em 30 de junho de 2018, o saldo das Operações de Crédito Total somou R\$2,9 bilhões, variação positiva de 17,1% em relação a 30 de junho de 2017. A carteira de Crédito com garantia imobiliária totalizou R\$1,7 bilhão, crescimento de 21,9% comparado ao primeiro semestre de 2017, quando totalizava R\$1,4 bilhão. Já a carteira de Crédito Pessoa Física, composta de R\$832,6 milhões de Crédito Consignado e R\$27,2 milhões de Cartão de Crédito, apresentou um crescimento de 8,1% na comparação com o mesmo período de 2017, encerrando o semestre em R\$859,8 milhões. A carteira de Crédito Empresas, sem garantia imobiliária, reduziu 24,3% em relação ao mesmo período de 2017, totalizando R\$159,2 milhões.

#### Captação

Em junho de 2018, a captação total somou R\$3,3 bilhões, 10,5% superior ao montante de R\$3,0 bilhões registrados em junho de 2017. Os depósitos a prazo (CDB), Letras de Crédito de Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras Financeiras (LF), representaram 89,0% dos depósitos totais. Em junho de 2018, o saldo de LCIs emitidas registrou R\$1,5 bilhão, crescimento de 13,34% em relação ao mesmo período do ano anterior.

#### Destaques Econômico-Financeiros

##### Lucro Líquido

No primeiro semestre de 2018, o Lucro Líquido atingiu R\$28,4 milhões, expansão de 27,6% em relação ao primeiro semestre de 2017. A evolução do Lucro Líquido é resultado do crescimento da base de clientes e dos esforços do Banco Inter em diversificar os produtos e serviços a eles oferecidos. Além disso, as Receitas de Operações de Crédito também contribuíram para a expansão do Lucro Líquido, com destaque para o segmento imobiliário, cujo crescimento foi de 27,82% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado (ROAE) no primeiro semestre de 2018 foi de 10,1%, redução de 2,5 p.p. quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

##### Resultado Bruto da Intermediação Financeira

No 1º semestre de 2018, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira atingiu R\$147,1 milhões, 45,8% superior ao montante registrado no mesmo período de 2017.

##### Despesas Administrativas

As despesas administrativas e de pessoal incorridas durante o primeiro semestre de 2018 somaram R\$119,6 milhões, um acréscimo de 50,6% em relação ao mesmo período de 2017, crescimento explicado pela expansão no número de clientes do Banco e do volume de operações.

#### Destaques Patrimoniais

##### Ativo Total

Os Ativos Totais somaram R\$4,6 bilhões no encerramento do 1º semestre de 2018, evolução de 30,3% em comparação ao 1º semestre de 2017. Destaque para as Operações de Crédito, que somaram R\$2,9 bilhões em junho de 2018, um aumento de 17,1% nos últimos 12 meses.

##### Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2018, o Patrimônio Líquido atingiu R\$918,2 milhões, variação de 150,9% na comparação com o primeiro semestre de 2017, acréscimo expressivo em virtude da Oferta Pública Inicial de Ações Preferenciais realizada no primeiro semestre de 2018.

A relação entre Carteira de Crédito e Patrimônio Líquido, um dos indicadores que mede o grau de alavancagem da instituição, encerrou o semestre em 3,0 vezes, redução de 3,5 vezes em relação a junho de 2017.

#### Índice de Basileia

De acordo com as normas regulatórias do Banco Central do Brasil, os Bancos devem manter um percentual mínimo de 8,625% dos ativos ponderados pelo risco que incidem em suas operações, a fim de preservar a solvência e estabilidade do sistema financeiro em relação às oscilações e adversidades econômicas.

O Banco Inter finalizou o semestre com um Índice de Basileia de 33,97% mantendo forte estrutura de capital para manutenção das taxas de crescimento da instituição.

#### Ratings

A classificação de *Investment Grade* atribuída pelas agências especializadas Fitch Ratings e Standard & Poor's, com notas em escala nacional de longo prazo "BBB(bra)" e "brAA-", respectivamente, comprova a adequada posição de liquidez e o confortável nível de capitalização do Banco Inter. As agências destacam a melhoria da qualidade de crédito, a mitigação de riscos de descasamento de prazos e os importantes avanços na venda cruzada de produtos e na autonomia de captação de recursos, refletindo os benefícios do crescimento exponencial da base de clientes nos últimos meses.

#### Carteira de Títulos e Valores Mobiliários - Circular N° 3.068/2001 - Bacen

O Banco Inter declara ter títulos classificados na categoria "disponível para vendas", no montante de R\$349 milhões, marcados a valor de mercado.

#### Declaração da Diretoria

A Diretoria do Banco declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as informações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

#### Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM n° 381, o Banco e as empresas controladas não contrataram nem tiveram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes relacionados a essas empresas que não os serviços de auditoria externa no primeiro semestre de 2018. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

#### Agradecimentos

Além do recorrente reconhecimento que temos recebido de nossos clientes, temos a satisfação de compormos, pelo quinto ano consecutivo, o ranking das "Melhores Empresas para se Trabalhar" - GPTW, ocupando a 7ª posição entre as empresas mineiras.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que constroem diariamente a nossa história.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2018.

A Administração

Para acessar o Release de Resultados detalhado, acesse [ri.bancointer.com.br](http://ri.bancointer.com.br).



KPMG Auditores Independentes  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos  
Administradores e aos acionistas do  
Banco Inter S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Inter S.A. ("Banco") identificadas como controlador e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Inter S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3.h e 7, o Banco utiliza os requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para mensuração e registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa de suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. O Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito nos níveis de risco que compreendem a classificação de “AA” a “H”, levando em consideração, principalmente, a atividade econômica, a situação econômico financeira, o grau de endividamento, o atraso e as características das garantias do tomador das operações de crédito. Como a classificação das operações de crédito nos níveis de risco envolve premissas e julgamentos da Administração, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Administração quanto às perdas da carteira de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, consideramos essa área com relevante para nossa auditoria.

*Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco das operações de crédito e de outros créditos com características de concessão de crédito, e as principais premissas utilizadas no cálculo para mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos também, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados a apuração da provisão para devedores duvidosos, bem como, analisamos os saldos constituídos de provisão em relação ao adequado registro e apresentação das divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento aceitável, assim como as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2018.

- **Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação**

Em decorrência da alta dependência do Banco de uma infraestrutura de tecnologia da informação em consequência da utilização cada vez maior de plataformas digitais, aliado aos elevados níveis de investimentos em infraestrutura da tecnologia da informação, do alto volume de transações processadas diariamente, bem como da importância dos controles de Tecnologia e Segurança da Informação nos seus sistemas e aplicativos de acesso a programas e dados e gerenciamento de mudanças, assim como o consequente impacto para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

*Como nossa auditoria endereçou esse assunto*

Avaliamos, com auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação e segurança cibernética (cyber security), o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles gerais de TI relacionados a acessos, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de monitoramento periódico dos usuários ativos, políticas de segurança da informação e gerenciamento de mudanças nos sistemas internos sempre que planejamos confiar nas informações de um determinado sistema e transação considerados relevantes para fins de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Avaliamos também a efetividade operacional dos controles-chave automatizados dos processos de negócio definidos como relevantes para auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, verificando controles de acesso e configurações de regras de

negócio e também as análises de vulnerabilidades em equipamentos na perspectiva de Segurança da Informação.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, nos permitiram considerar as informações extraídas dos controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2018.

## **Outros assuntos**

### ***Demonstrações do valor adicionado***

A demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findos em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso



dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes  
Contador CRC MG-070240/O-3

**Balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e 30 de junho 2017**

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
<b>Circulante</b>					
Disponibilidades	4	9.310	20.808	9.400	20.819
Aplicações interfinanceiras	5	1.156.431	686.083	1.156.431	686.083
Aplicações no Mercado Aberto		958.022	616.248	958.022	616.248
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		198.409	69.835	198.409	69.835
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	107.144	74.174	107.853	74.287
Carteira Própria		89.536	66.108	90.245	66.221
Vinculados à Prestação de Garantias		17.608	-	17.608	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	8.066	-	8.066
Relações interfinanceiras		68.966	7.703	68.966	7.703
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		22.357	6.922	22.357	6.922
Depósitos no Banco Central		46.609	781	46.609	781
Operações de crédito		719.617	683.758	719.617	683.758
Operações de crédito	7	745.739	779.658	745.739	779.658
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7 d	(26.122)	(95.900)	(26.122)	(95.900)
Outros créditos	8	267.710	131.381	269.991	131.558
Carteira de Câmbio		1.278	-	1.278	-
Rendas a Receber		5.271	-	5.271	-
Diversos		263.658	134.495	265.939	134.672
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.497)	(3.114)	(2.497)	(3.114)
Outros valores e bens	9	59.655	65.854	59.662	65.880
Outros Valores e Bens		37.789	52.024	37.789	52.024
Despesas Antecipadas		21.866	13.830	21.873	13.856
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.388.833</b>	<b>1.669.761</b>	<b>2.391.920</b>	<b>1.670.088</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	241.513	237.739	242.662	237.739
Carteira Própria		241.513	237.739	242.662	237.739
Operações de crédito		1.901.654	1.604.597	1.901.654	1.604.597
Operações de crédito	7	1.954.629	1.604.597	1.954.629	1.604.597
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7 d	(52.975)	-	(52.975)	-
Outros créditos	8	20.540	22.358	20.540	23.101
Diversos		21.003	22.358	21.003	23.101
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(463)	-	(463)	-
Outros valores e bens	9	61.028	17.286	61.028	17.286
Outros Valores e Bens		52.446	2.085	52.446	2.085
(Provisões para Desvalorizações)		(277)	-	(277)	-
Despesas Antecipadas		8.859	15.201	8.859	15.201
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>2.224.735</b>	<b>1.881.980</b>	<b>2.225.884</b>	<b>1.882.723</b>
<b>Permanente</b>					
Investimentos	10	7.664	3.378	1.105	779
No País		6.559	2.273	-	(326)
Outros Investimentos		1.105	1.105	1.105	1.105
Imobilizado de uso		6.462	5.049	6.511	5.067
Outras Imobilizações de Uso		14.468	11.760	14.527	11.794
(Depreciações Acumuladas)		(8.006)	(6.711)	(8.016)	(6.727)
Intangível		8.628	-	8.633	22
Ativos Intangíveis		8.819	-	8.848	22
(Amortização Acumulada)		(191)	-	(215)	-
<b>Total do permanente</b>		<b>22.754</b>	<b>8.427</b>	<b>16.249</b>	<b>5.868</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.247.489</b>	<b>1.890.407</b>	<b>2.242.133</b>	<b>1.888.591</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.636.322</b>	<b>3.560.168</b>	<b>4.634.053</b>	<b>3.558.679</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2018 e 30 de junho 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Depósitos	11a	834.906	491.568	832.527	488.263
Depósitos à vista		353.223	105.310	352.026	104.947
Depósitos interfinanceiros		1.182	1.137	-	1.137
Depósitos a prazo		471.042	385.121	471.042	382.179
Outros depósitos		9.459	-	9.459	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	11b	965.361	712.695	965.361	712.695
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		965.361	712.695	965.361	712.695
Instrumentos financeiros derivativos	6	1.895	-	1.895	-
Relações interfinanceiras		76.049	1.725	76.049	1.725
Relações interdependências		972	141	972	141
Obrigações por empréstimos e repasse	12	1.455	1.546	1.455	1.546
Obrigações por empréstimos		94	7	94	7
Obrigações por repasse		1.361	1.539	1.361	1.539
Obrigações por operações		47.219	17.169	47.219	17.169
Outras obrigações	13	187.467	104.050	192.027	105.311
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.661	1.554	1.661	1.554
Carteira de Câmbio		3.385	8.390	3.385	8.390
Sociais e Estatutárias		15.805	-	16.429	-
Fiscais e Previdenciárias		6.235	3.949	7.277	4.368
Negociação e Intermediação de Valores		100	-	100	-
Diversos		160.281	90.157	163.175	90.999
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.115.324</b>	<b>1.328.894</b>	<b>2.117.505</b>	<b>1.326.850</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Exigível a longo prazo</b>					
Depósitos	11a	992.225	1.204.663	986.753	1.204.663
Depósitos a prazo		992.225	1.204.663	986.753	1.204.663
Recursos de aceites e emissão de títulos	11b	545.801	611.878	545.801	611.878
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		545.801	611.878	545.801	611.878
Obrigações por empréstimos e repasse	12	31.882	35.020	31.882	35.020
Obrigações por repasse		31.882	35.020	31.882	35.020
Outras obrigações	13	19.967	13.678	19.967	13.678
Diversas		19.967	13.678	19.967	13.678
Resultados de Exercícios Futuros		12.917	-	12.917	-
<b>Total do exigível a longo prazo</b>		<b>1.602.792</b>	<b>1.865.239</b>	<b>1.597.320</b>	<b>1.865.239</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	16				
Capital social		836.637	308.635	836.637	308.635
Reserva de capital		791	-	791	-
Reserva de lucros		81.125	59.576	81.125	59.576
(-) Ajuste de avaliação patrimonial		85	22	85	22
(-) Ações em tesouraria		(432)	(2.198)	(432)	(2.198)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>918.206</b>	<b>366.035</b>	<b>918.206</b>	<b>366.035</b>
<b>Participação não controladores nas controladas</b>				1.022	555
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>2.520.998</b>	<b>2.231.274</b>	<b>2.516.548</b>	<b>2.231.829</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>4.636.322</b>	<b>3.560.168</b>	<b>4.634.053</b>	<b>3.558.679</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstrações de resultados consolidadas**

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	
<b>Receitas da intermediação financeira</b>					
Operações de crédito	7c	254.149	225.126	254.149	225.126
Rendas de operações de câmbio	7c	717	191	717	191
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	5	21.728	35.491	21.728	35.491
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	10.795	27.459	12.433	27.611
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros		-	626	-	626
		<b>287.389</b>	<b>288.893</b>	<b>289.027</b>	<b>289.045</b>
<b>Despesas da intermediação financeira</b>					
Operações de captação no mercado	11c	(103.825)	(155.164)	(103.632)	(155.050)
Obrigações empréstimos e repasses		(879)	(1.384)	(879)	(1.384)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7d	(28.781)	(30.424)	(28.781)	(30.424)
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros		-	(1.288)	-	(1.288)
Operações com derivativos	6a	(8.603)	-	(8.603)	-
		<b>(142.088)</b>	<b>(188.260)</b>	<b>(141.895)</b>	<b>(188.146)</b>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>145.301</b>	<b>100.633</b>	<b>147.132</b>	<b>100.899</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>					
Rendas de prestação de serviços	18	15.780	8.211	25.538	13.628
Despesas de pessoal	19	(49.182)	(36.037)	(55.078)	(39.856)
Outras despesas administrativas	20	(63.877)	(39.126)	(64.564)	(39.604)
Despesas tributárias		(10.707)	(6.787)	(11.475)	(7.166)
Resultado de participações em controladas	10	4.379	405	-	-
Outras receitas operacionais	21	14.824	5.451	15.230	5.462
Outras despesas operacionais	22	(9.807)	(8.304)	(8.221)	(8.308)
		<b>(98.590)</b>	<b>(76.187)</b>	<b>(98.570)</b>	<b>(75.844)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>46.711</b>	<b>24.446</b>	<b>48.562</b>	<b>25.055</b>
Resultado não operacional	23	(7.295)	(5.468)	(7.295)	(5.468)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>39.416</b>	<b>18.978</b>	<b>41.267</b>	<b>19.587</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	-	-	(1.324)	(544)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(11.387)	3.111	(11.520)	3.224
		<b>(11.387)</b>	<b>3.111</b>	<b>(12.844)</b>	<b>2.680</b>
<b>Resultado do Semestre</b>		<b>28.029</b>	<b>22.089</b>	<b>28.423</b>	<b>22.267</b>
<b>Lucro atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores				<b>28.029</b>	<b>22.089</b>
Acionistas não controladores				<b>394</b>	<b>178</b>
<b>Resultado por ação básico – R\$</b>		<b>0,35</b>	<b>0,31</b>	<b>0,35</b>	<b>0,31</b>
<b>Resultado por ação diluído – R\$</b>		<b>0,34</b>	<b>0,31</b>	<b>0,34</b>	<b>0,31</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstrações de resultados abrangentes consolidadas**

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
<b>Resultado líquido do semestre</b>	28.029	22.089	28.423	22.267
<b>Outros resultados abrangentes do semestre</b>				
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>				
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	(81)	377	(81)	377
<b>Total de resultados abrangentes do semestre</b>	<b>27.948</b>	<b>22.466</b>	<b>28.342</b>	<b>22.644</b>
<b>Atribuição do resultado abrangente</b>				
Parcela do resultado abrangente dos acionistas controladores			27.948	22.466
Parcela do resultado abrangente dos acionistas não controladores			394	178
<b>Total do resultado abrangente do semestre</b>			<b>28.342</b>	<b>22.644</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas**

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>									
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Patrimônio Líquido do Banco	Participação dos Não Controladores no Pat.Liq.das Controladas	Patrimônio Líquido Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>298.111</b>	<b>(2.004)</b>	-	<b>7.468</b>	<b>42.328</b>	<b>(355)</b>	-	<b>345.548</b>	<b>405</b>	<b>345.953</b>
Aumento de capital	10.524	-	-	-	-	-	-	10.524	-	10.524
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	22.089	22.089	178	22.267
Destinações propostas:										
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.105	-	-	(1.105)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	-	8.675	-	(8.675)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 0,52 por ação)	-	-	-	-	-	-	(12.309)	(12.309)	(29)	(12.338)
Ações em tesouraria	-	(194)	-	-	-	-	-	(194)	-	(194)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	377	-	377	-	377
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>308.635</b>	<b>(2.198)</b>	-	<b>8.573</b>	<b>51.003</b>	<b>22</b>	-	<b>366.035</b>	<b>554</b>	<b>366.589</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>10.524</b>	<b>(194)</b>	-	<b>1.105</b>	<b>8.675</b>	<b>377</b>	-	<b>20.487</b>	<b>149</b>	<b>20.636</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>311.874</b>	<b>(2.284)</b>	-	<b>9.875</b>	<b>63.461</b>	<b>166</b>	-	<b>383.092</b>	<b>979</b>	<b>384.071</b>
Aumento de capital	541.463	-	-	-	-	-	-	541.463	-	541.463
Custo na emissão de ações	(16.700)	-	-	-	-	-	-	(16.700)	-	(16.700)
Pagamentos baseados em ações	-	-	791	-	-	-	-	791	-	791
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	28.029	28.029	394	28.423
Destinações propostas:										
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.401	-	-	(1.401)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	-	8.293	-	(8.293)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 0,09 por ação)	-	-	-	-	-	-	(18.335)	(18.335)	(351)	(18.686)
Ações em tesouraria	-	1.852	-	-	(1.905)	-	-	(53)	-	(53)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(81)	-	(81)	-	(81)
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<b>836.637</b>	<b>(432)</b>	<b>791</b>	<b>11.276</b>	<b>69.849</b>	<b>85</b>	-	<b>918.206</b>	<b>1.022</b>	<b>919.228</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>524.763</b>	<b>1.852</b>	<b>791</b>	<b>1.401</b>	<b>6.388</b>	<b>(81)</b>	-	<b>535.114</b>	<b>43</b>	<b>535.157</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
<b>Elaborada pelo método indireto</b>				
Atividades operacionais				
<b>Resultado líquido</b>	<b>28.029</b>	<b>22.089</b>	<b>28.423</b>	<b>22.238</b>
Provisão para imposto de renda	-	-	1.324	544
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.781	30.423	28.781	30.423
Impostos diferidos	11.387	(3.111)	11.520	(2.998)
(Reversões)/Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	7.386	3.153	7.386	3.153
Resultado de participações em coligadas e controladas	(4.379)	(405)	-	-
Resultado da variação cambial	(679)	-	(679)	-
Depreciações e amortizações	774	670	779	682
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações	258	-	258	-
Outros ganhos e perdas de capital	2.142	-	2.142	-
<b>Varição de ativos e passivos</b>				
Redução/(Aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	(78.975)	-	(78.975)	302
Redução/(Aumento) de relações interfinanceiras	8.800	(5.539)	8.800	(5.539)
Redução/(Aumento) de operações de crédito	(236.111)	(96.196)	(236.111)	(96.196)
Redução/(Aumento) de outros créditos	(124.821)	(62.982)	(126.247)	(63.300)
Redução/(Aumento) de outros valores e bens	(21.908)	(7.815)	(21.888)	(7.815)
Redução/(Aumento) de depósitos	262.991	216.260	262.807	216.189
(Redução)/Aumento de obrigações por operações	37.070	12.036	37.070	12.036
(Redução)/Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	110.132	130.965	110.132	130.965
(Redução)/Aumento de relações interdependências	296	127	296	127
(Redução)/Aumento de obrigações por empréstimos e repasses	(1.481)	(874)	(1.481)	(874)
(Redução)/Aumento de instrumentos financeiros derivativos	1.895	1.895	1.895	-
(Redução)/Aumento de obrigações operações vendas e transferências	12.917	11.598	12.917	11.598
(Redução)/Aumento de outras obrigações	24.546	(2.365)	21.581	(3.080)
<b>Caixa líquido aplicado em atividades operacionais</b>	<b>69.050</b>	<b>248.034</b>	<b>70.730</b>	<b>248.455</b>
Impostos e Contribuição Social Pagos	(8.925)	-	(8.925)	(358)
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aquisição de investimentos	(304)	420	(304)	420
Alienação de investimentos	32	-	32	-
Aquisição de imobilizado de uso	(1.556)	(528)	(1.578)	(526)
Aquisição de intangível	(7.844)	(4.744)	(7.851)	(4.766)
Aumento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(615.370)	(64.476)	(616.806)	(64.473)
Redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	583.531	-	583.630	-
Recebimento de dividendos	1.661	-	1.661	-
<b>Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos</b>	<b>(39.850)</b>	<b>(69.328)</b>	<b>(41.216)</b>	<b>(69.345)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Aumento de capital	511.099	62	511.099	62
Compra de opções - Pagamentos baseados em ações	534	(194)	534	(194)
Recompra de ações de tesouraria	(53)	-	(53)	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(7.224)	(3.820)	(7.447)	(3.933)
<b>Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos</b>	<b>504.356</b>	<b>(3.952)</b>	<b>504.133</b>	<b>(4.065)</b>
<b>Aumento (redução) das disponibilidades</b>	<b>524.631</b>	<b>174.754</b>	<b>524.722</b>	<b>174.687</b>
Disponibilidades no início do período	472.261	532.137	472.261	532.215
Disponibilidades no fim do período	997.571	706.891	997.662	706.902
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente	(679)	-	(679)	-
<b>Aumento (redução) das disponibilidades</b>	<b>524.631</b>	<b>174.754</b>	<b>524.722</b>	<b>174.687</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**Demonstrações do valor adicionado consolidadas**

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
<b>1. Receitas</b>	<b>285.973</b>	<b>265.514</b>	<b>299.366</b>	<b>271.074</b>
1.1 Intermediação financeira	301.357	297.423	302.995	297.575
1.2 Prestação de serviços	15.780	8.211	25.538	13.628
1.3 Operações de vendas de transf. de ativos financeiros	-	(662)	-	(662)
1.4 Obrigações por empréstimos e repasses	(879)	(1.384)	(879)	(1.384)
1.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.781)	(30.423)	(28.781)	(30.423)
1.6 Outras receitas/despesas operacionais	5.791	(2.183)	7.788	(2.192)
1.7 Não operacionais	(7.295)	(5.468)	(7.295)	(5.468)
<b>2. Despesas da intermediação financeira</b>	<b>112.428</b>	<b>155.164</b>	<b>112.235</b>	<b>155.051</b>
<b>3. Materiais e serviços adquiridos de terceiros</b>	<b>74.974</b>	<b>46.111</b>	<b>75.616</b>	<b>46.543</b>
3.1 Materiais, energias e outros	46.843	27.320	47.295	27.730
3.2 Serviços de terceiros	28.131	18.791	28.321	18.813
<b>4. Valor adicionado bruto (1-2-3)</b>	<b>98.571</b>	<b>64.239</b>	<b>111.515</b>	<b>69.480</b>
<b>5. Retenções</b>	<b>(774)</b>	<b>(670)</b>	<b>(779)</b>	<b>(684)</b>
Depreciações e amortizações	(774)	(670)	(779)	(684)
<b>6. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4+5)</b>	<b>97.797</b>	<b>63.569</b>	<b>110.736</b>	<b>68.796</b>
<b>7. Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>4.379</b>	<b>405</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	4.379	405	-	-
<b>8. Valor adicionado a distribuir (6+7)</b>	<b>102.176</b>	<b>63.974</b>	<b>110.736</b>	<b>68.796</b>
<b>9. Distribuição do valor adicionado</b>	<b>102.176</b>	<b>63.974</b>	<b>110.736</b>	<b>68.796</b>
9.1 Pessoal e encargos	49.182	36.037	55.078	38.240
9.2 Impostos, contribuições e taxas	22.094	3.677	24.319	4.485
9.3 Aluguéis	2.870	2.171	2.916	2.216
9.4 Juros sobre o capital próprio	18.334	12.309	18.334	12.309
9.5 Dividendos distribuídos	-	-	-	1.617
9.6 Resultado retido no semestre	9.696	9.780	10.089	9.929

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

O Banco Inter S.A., fundado em 1994, iniciou suas atividades em fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar em outras sociedades. O Banco é uma companhia aberta de direito privado, operando na forma de Banco Múltiplo.

O Banco Inter, banco digital multisserviços, com plataforma completa para pessoas físicas e jurídicas, atua em crédito com foco nos produtos de Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal, Crédito para Empresas e Cartão de Crédito. A carteira de captação de recursos é composta por portfólio diversificado de produtos de investimentos e conta com as seguintes linhas de captação: Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito Agronegócio (LCA), Letra Financeira (LF) e Depósito à vista.

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras Controladora e Consolidado

As demonstrações financeiras na Controladora e Consolidado foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1).
- **Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2).
- **Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1).
- **Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25.
- **Resolução nº 3.873/2011** - Eventos subsequentes - CPC 24.
- **Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1).
- **Resolução nº 4.007/2011** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23.
- **Resolução nº 4.144/2012** - Pronunciamento Conceitual Básico - CPC 00 (R1).
- **Resolução nº 4.424/2012** - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).
- **Resolução nº 4.524/2016** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 02 (R2).

- **Resolução nº 4.534/2016** - Ativo intangível - CPC 04 (R1).
- **Resolução nº 4.535/2016** - Ativo imobilizado - CPC 27.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Inter evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os semestres, exceto a prática contábil adotada a partir de 01 de janeiro de 2018 referente a classificação das operações de crédito vencidas em seu ativo circulante, assim como a segregação entre ativo circulante e não circulante para as provisões para crédito de liquidação duvidosa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva na ata de Reunião da Diretoria de 31 de julho de 2018.

**a. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos períodos seguintes a 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda.
- Nota explicativa nº 7 - critério de provisionamento: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito.
- Nota explicativa nº 8 (d) - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa nº 17 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

### 3 Principais políticas contábeis

#### a. Base de consolidação

A tabela a seguir apresenta as entidades controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Entidade	Ramo de atividade	Participação no capital (%)	
		30/06/2018	30/06/2017
Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de TVM	93%	95%
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	84%	74%

#### (i) Controladas

O Banco controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, quando requeridas, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

#### (ii) Participação de acionistas não-controladores

O Banco e suas controladas contabilizam a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no patrimônio líquido. Ganhos ou perdas na venda para acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado como lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores.

#### (iii) Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

#### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

#### c. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### d. Apuração de resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas

com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata dia*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

**e. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na Nota Explicativa nº 4.

**f. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

**g. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

- **Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste de avaliação patrimonial) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

**h. Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida em observância aos critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Banco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre hedge contábil, suas categorias e hedge econômico.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- **Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

**Hedge de fluxo de caixa:** para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido”. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

#### i. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

#### **j. Outros valores e bens**

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondentes a imóveis disponíveis para venda são classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. Segundo a Circular do Banco Central do Brasil (Bacen) nº 909/1985, o Banco deve dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento.

As despesas antecipadas são correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

A apropriação ao resultado das parcelas de despesas antecipadas com comissão sobre operações de crédito de correspondentes é efetuada de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 3.954/1989 e suas alterações.

Com relação aos bens em regime especial, cujo prazo de alienação extrapole um ano, aplica-se o percentual de 100% como provisão para perdas com desvalorização.

#### **k. Ativo permanente**

##### **(i) Investimentos**

Quando há controle ou influência significativa na administração, os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Na inexistência de controle ou influência significativa, os investimentos são registrados a custo de aquisição.

##### **(ii) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a entidade.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10%, e sistema de processamento de dados, 20%.

#### **l. Redução do valor recuperável de ativos - *Impairment***

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderão valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Anualmente, sempre na mesma época, o Banco avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo.

Se houver evidência de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

#### **m. Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme critérios, a saber:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes (quando aplicável):** decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Com relação às bases de mensuração das provisões, a entidade deverá buscar, segundo o CPC 25, a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, considerando os riscos e incertezas envolvidos:

- Quando relevante, o efeito financeiro produzido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação;
- Os eventos futuros que possam alterar a quantia necessária para liquidar a obrigação.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Para os provisionamentos cíveis é realizado como base o ticket médio histórico das condenações nos últimos 24 meses. Consideramos como base de cálculo as ações julgadas e o valor histórico das condenações.



Assim, projetamos o ticket médio para todas as ações em trâmite que consideramos a possibilidade de saída de recurso, presumindo-se uma estimativa confiável.

- O provisionamento trabalhista é realizado com base na liquidação dos pedidos julgados procedentes em sentença.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras.

#### **n. Tributos**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

<b>Tributos</b>	<b>Alíquotas</b>
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro - até agosto de 2015	15%
Contribuição Social sobre o Lucro - a partir de setembro de 2015	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos reconhecidos no resultado.

#### **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e os passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no

exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias que não afetem nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão em que o Banco seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Banco espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**o. Outros ativos e passivos**

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

**p. Eventos subsequentes**

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

**q. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

O Banco Inter S.A. elaborou, de forma espontânea, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

**r. Lucro por ação**

O lucro por ação do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais.

**s. Pagamentos baseados em ações**

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidades	9.310	20.808	9.400	20.819
Aplicações interfinanceiras de liquidez* vide Nota 5	988.261	686.083	988.262	686.083
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>997.571</b>	<b>706.891</b>	<b>997.662</b>	<b>706.902</b>

(\*) Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

**5 Aplicações interfinanceiras**

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
<b>Aplicações no mercado aberto</b>		
<b>Posição Bancada</b>	<b>958.022</b>	<b>616.248</b>
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	391.010	33.249
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	567.012	582.999
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>198.409</b>	<b>69.835</b>
CDI - Banco BTG Pactual S.A.	60.484	15.480
CDI - Paraná Banco S.A.	-	5.158
CDI - Banco FICSA S.A.	-	5.225
CDI - Banco Votorantim S.A.	-	35.139
CDI - Banco Itaú S.A.	13.276	8.833
CDI - Safra S.A.	5.131	-
CDI - Banco ABC S.A.	11.753	-
CDI - Banco Bonsucesso S.A.	5.364	-
CDI Rural - Banco BBM S.A.	2.006	-
CDI Rural - Safra S.A.	95.377	-
CDI Rural - Bancoob	5.018	-
<b>Total*</b>	<b>1.156.431</b>	<b>686.083</b>
Circulante	1.156.431	686.083
Não circulante	-	-

O vencimento dos papéis está demonstrado abaixo:

Controladora e Consolidado			
30/06/2018			
Título	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em CDI	108.700	89.709	198.409
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	391.010	-	391.010
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	567.012	-	567.012
<b>Total</b>	<b>1.066.722</b>	<b>89.709</b>	<b>1.156.431</b>

Controladora e Consolidado			
30/06/2017			
Título		Até 3 meses	Total
Aplicações em CDI		69.836	69.836
Letras do Tesouro Nacional (LTN)		33.248	33.248
Nota do Tesouro Nacional (NTN)		582.999	582.999
<b>Total</b>		<b>686.083</b>	<b>686.083</b>

Em 30 de junho de 2018, os saldos de títulos em posição bancada e o montante dos depósitos interfinanceiros com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento foram considerados como equivalentes de caixa, os quais totalizavam R\$ 988.261 (2017: 686.083).

Os saldos de títulos em posição financiada referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 24 meses da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez foram:

Controladora e Consolidado		
	30/06/2018	30/06/2017
Posição Bancada	17.437	31.865
Posição Financiada	260	-
Depósitos Interfinanceiros	4.031	3.626
<b>Total</b>	<b>21.728</b>	<b>35.491</b>

## 6 Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

São representados, substancialmente, por Títulos Públicos Federais (LFTs) e também pelos valores atualizados das cotas de Securitização de Créditos Imobiliários, constituídas pela cessão sem coobrigação de carteiras de créditos imobiliários do Banco.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
<b>Carteira própria</b>	<b>331.049</b>	<b>303.847</b>	<b>332.907</b>	<b>303.960</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>237.757</b>	<b>257.008</b>	<b>237.802</b>	<b>257.008</b>
Letras Financeiras do Tesouro	237.757	257.008	237.757	257.008
Notas do Tesouro Nacional	-	-	45	-
<b>Títulos Privados</b>	<b>93.292</b>	<b>46.839</b>	<b>95.105</b>	<b>46.952</b>
Certificados de Recebíveis Imobiliários	31.398	-	32.473	102
Certificados de Recebíveis Agrícolas	-	-	29	-
Debêntures	-	-	-	11
Letra de crédito imobiliário	-	-	709	-
Letras Financeiras	615	-	615	-
Cotas de Fundos de Investimento	61.279	46.839	61.279	46.839
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>	<b>17.608</b>	<b>-</b>	<b>17.608</b>	<b>-</b>
<b>Títulos Públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro	17.608	-	17.608	-

Subtotal de títulos e valores mobiliários	348.657	303.847	350.515	303.960
Instrumentos financeiros derivativos	-	8.066	-	8.066
Swaps	-	8.066	-	8.066
<b>Total</b>	<b>348.657</b>	<b>311.913</b>	<b>350.515</b>	<b>312.026</b>
Circulante	107.144	74.174	107.853	74.287
Não circulante	241.513	237.739	242.662	237.739

Em 30 de junho de 2018 o Banco Inter apresentou obrigações com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$1.895 (2017: recebível no montante de R\$8.066).

Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

- Classificação por tipo de títulos e vencimento:

Controladora								
30/06/2018								
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Disponível para venda								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	45.250	-	47.697	162.418	-	255.365	255.445	81
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) Não ligadas	-	615	-	-	-	615	615	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	31.398	-	-	31.398	31.398	-
Cotas de fundos de investimento	61.279	-	-	-	-	61.279	61.880	-
<b>Total</b>	<b>106.529</b>	<b>615</b>	<b>79.095</b>	<b>162.418</b>	<b>-</b>	<b>348.657</b>	<b>349.338</b>	<b>81</b>
				Total do circulante	107.144			
				Total do não circulante	241.513			

Controladora								
30/06/2017								
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de Aquisição Atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Disponível para venda								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	15.433	3.836	42.138	74.398	121.203	257.008	257.385	377
Cotas de fundos de investimento	46.839	-	-	-	-	46.839	46.839	-
<b>Total</b>	<b>62.272</b>	<b>3.836</b>	<b>42.138</b>	<b>74.398</b>	<b>121.203</b>	<b>303.847</b>	<b>304.224</b>	<b>377</b>
				Total do circulante	66.108			
				Total do não circulante	237.739			

Consolidado								
30/06/2018								
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Disponível para venda								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	45.250	-	47.697	162.418	-	255.365	255.475	81
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	-	-	45	45	45	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) - Não ligadas	-	615	-	-	-	615	615	-
Letra de crédito Imobiliário	709	-	-	-	-	709	709	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	32.472	1	-	32.473	32.473	-
Certificados de Recebíveis Agrícolas	-	-	-	29	-	29	29	-
Cotas de fundos de investimento	61.279	-	-	-	-	61.279	61.880	-
<b>Total</b>	<b>107.238</b>	<b>615</b>	<b>80.169</b>	<b>162.448</b>	<b>45</b>	<b>350.515</b>	<b>351.226</b>	<b>81</b>
				Total do circulante	107.853			
				Total do não circulante	242.662			

	Consolidado						Custo de aquisição atualizado
	30/06/2017						
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	
Disponível para venda							
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	15.433	3.836	42.138	74.398	121.203	257.008	257.385
Cotas de fundos de investimento	46.952	-	-	-	-	46.952	46.839
<b>Total</b>	<b>62.385</b>	<b>3.836</b>	<b>42.138</b>	<b>74.398</b>	<b>121.203</b>	<b>303.960</b>	<b>304.224</b>
					Total do circulante	66.221	
					Total do não circulante	237.539	

- As rendas de títulos e valores mobiliários foram:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Rendas de títulos de renda fixa	9.023	13.408	10.661	13.556
Rendas de aplicações em fundos de investimento	1.772	3.390	1.772	3.394
Operação de Hedge	-	10.661	-	10.661
<b>Total</b>	<b>10.795</b>	<b>27.459</b>	<b>12.433</b>	<b>27.611</b>

Tais rendas estão registradas na rubrica “Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos”.

Em 30 de junho de 2018 o Banco Inter apresentou uma despesa com operação de hedge no montante de R\$8.603 (2017: rendas no montante de R\$10.661).

#### a. Instrumentos financeiros e derivativos

O Banco Inter participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias para administrar sua exposição global. Essas operações envolvem derivativos de futuros de operações de *swap*, e a política de gestão de riscos é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Banco.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O Banco tem parte de sua carteira de crédito imobiliário indexada ao Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas e conta com a maior parte de sua captação em LCI indexada à taxa Depósito Interfinanceiro (DI). Com o objetivo de buscar a proteção da receita da instituição em relação às oscilações do IGP-M, a administração optou por realizar operações de *swap* cujas pontas se invertem em relação à parte de suas carteiras ativas e passivas. Foram pactuadas operações com derivativos em que o Banco deve pagar a variação do IGP-M mais cupom, e receber um determinado percentual da variação do DI, em uma data determinada.

Estas operações foram realizadas via B3 e contam com margem de garantia e controle por esta Bolsa. Em 30 de junho de 2018, o Banco Inter possui dois contratos de *swap* ativos, cada um deles com *Notional* de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), registrados na B3 sob os números 60421338 e 60421339, com vencimentos 5 de novembro de 2018 e 2 de janeiro de 2019, respectivamente. A operação de *swap* é a troca de riscos entre duas partes, consistindo em um acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data determinada, com condições previamente estabelecidas. As operações de *swap* padronizadas são registradas na B3 e contam com depósito de margem de garantia cujo valor pode ser ajustado a qualquer momento por esta.

O instrumento derivativo foi utilizado com o objetivo de proteção dos riscos relacionados a descasamento de indexadores entre as carteiras de ativos e passivos, especificamente entre taxa de juros e variações de índice de preços e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício. O valor justo é aquele que, de acordo com as condições de mercado, seria recebido pelos ativos e pago na liquidação dos passivos, sendo calculado com base nas taxas praticadas em mercados de Bolsa.

As operações de *swap* do Banco Inter estão classificadas como *Hedge Accounting* (“*Fair Value Hedge*”), como proteção da exposição às alterações no valor justo de ativo reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo atribuível a um risco particular que possa afetar o resultado.

O instrumento de *hedge* (*swap*) foi utilizado com objetivo de proteção dos riscos relacionados ao descasamento de indexadores entre as carteiras de ativos e passivos, especificamente entre taxa de juros e variações de índice de preços e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do semestre. O valor justo é aquele que, de acordo com as condições de mercado, seria recebido pelos ativos e pago na liquidação dos passivos, sendo calculado com base nas taxas praticadas em mercados de Bolsa.

São objetos das operações de *hedge* os contratos da carteira de crédito imobiliário, protegidos pelos instrumentos acima detalhados, para os quais são descontados o *spread*, realizando *hedge* somente do risco específico da carteira.

(i) **Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação**

Controladora e Consolidado						
30/06/2018						
	Valor de Referência	Valor de Custo		Valor de Mercado		Ganho (perda) operação <i>hedge</i> (*)
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
CDI x IGP-M						
60421338	50.000	62.048	62.169	62.048	62.881	833
60421339	50.000	62.048	62.204	62.048	63.109	1.061
<b>Total</b>	<b>100.000</b>	<b>124.096</b>	<b>124.373</b>	<b>124.096</b>	<b>125.990</b>	<b>1.894</b>

Controladora e Consolidado						
30/06/2017						
	Valor de Referência	Valor de Custo		Valor de Mercado		Ganho (perda) operação <i>hedge</i> (*)
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
CDI x IGP-M						
60421336	50.000	57.913	55.433	57.913	55.121	2.792
60421337	50.000	57.913	55.320	57.913	56.069	1.844
60421338	50.000	57.913	55.001	57.913	56.202	1.711
60421339	50.000	57.913	54.905	57.913	56.194	1.719
<b>Total</b>	<b>200.000</b>	<b>231.652</b>	<b>220.659</b>	<b>231.652</b>	<b>223.586</b>	<b>8.066</b>

(\*) os valores são classificados como ativo circulante.

No período findo em 30 de junho de 2018, a despesa de R\$8.603 com operações com derivativos está apresentada na rubrica “Operações com derivativos” (2017: “Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos” receita de R\$7.980). Deste total, R\$1.894 (2017: R\$ 8.066) referem-se ao ganho na operação de *hedge* e R\$10.497 de perda na valorização a mercado das operações objeto de *hedge* (2017: ganho de R\$2.595).

(ii) **Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos representados, basicamente, por contratos futuros**

As garantias para os instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos futuros, foram Letras Financeiras do Tesouro, no montante de R\$17.608 (2017: R\$21.217).

**7 Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito**

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 2.682/1999, introduziu critérios para a classificação de direitos creditórios oriundos de operações de crédito, definindo regras que entraram em vigor a partir de março de 2000, para a constituição de provisão para os créditos de liquidação duvidosa e para a divulgação de dados referentes à carteira, a saber:

**a. Composição da carteira, por tipo de cliente e por atividade econômica**

Operações de crédito	30/06/2018	% carteira	30/06/2017	% carteira
Pessoa jurídica	159.224	5,53%	210.191	8,54%
Empréstimos pessoa jurídica com garantia imobiliária	279.876	9,72%	94.743	3,86%
Financiamentos imobiliários	930.450	32,33%	836.690	34,03%
Empréstimos pessoa física com garantia imobiliária	469.812	16,32%	446.890	18,18%
Pessoa física	859.816	29,87%	795.741	32,37%
Ajuste de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	1.189	0,04%	-	-
<b>Subtotal de operações de crédito</b>	<b>2.700.367</b>		<b>2.384.255</b>	
Total do circulante	745.739		779.658	
Total do não circulante	1.954.629		1.604.597	
<b>Outros créditos com característica de concessão de crédito</b>				
Outros créditos com característica de concessão de crédito - Circulante (Nota 8)	168.352	5,85%	60.328	2,45%
Outros créditos com característica de concessão de crédito - Não Circulante (Nota 8)	9.434	0,33%	13.813	0,56%
<b>Subtotal de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito</b>	<b>177.786</b>		<b>74.141</b>	
<b>Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito</b>	<b>2.878.153</b>	<b>100%</b>	<b>2.458.396</b>	<b>100%</b>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (circulante)	(26.122)		(95.900)	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (não circulante)	(52.975)		-	
<b>Total (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(79.097)</b>		<b>(95.900)</b>	
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (circulante) (Nota 8)	(463)		(3.114)	
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (não circulante) (Nota 8)	(2.497)		-	
<b>Total (-) Provisões para perdas com outros créditos</b>	<b>(2.960)</b>		<b>(3.114)</b>	
<b>Total (-) Provisões para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(82.057)</b>		<b>(99.014)</b>	
<b>Total</b>	<b>2.796.096</b>		<b>2.359.382</b>	



**b. Vencimento e direcionamento dos créditos**

30/06/2018					
	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>Créditos</b>					
Setor privado					
Pessoa jurídica	4.165	62.544	54.143	38.372	159.224
Emprést. PJ garantia imobiliária	2.003	17.673	47.664	212.536	279.876
Financ. Imobiliários	9.462	28.020	69.802	823.166	930.450
Emprést. PF garantia Imobiliária	8.208	16.937	42.887	401.780	469.812
Pessoas físicas	31.613	163.517	185.911	478.775	859.816
Ajuste Op. crédito objeto de hedge	-	1.189	-	-	1.189
<b>Total operação de crédito</b>	<b>55.451</b>	<b>289.880</b>	<b>400.407</b>	<b>1.954.629</b>	<b>2.700.367</b>
	Prestações vencidas	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Outros créditos com característica de concessão de crédito	240	29.071	4.541	9.434	43.286
Cartão de crédito - compra à vista e parcelado lojista	-	134.500	-	-	134.500
<b>Total outros créditos com característica de op. de crédito</b>	<b>240</b>	<b>163.571</b>	<b>4.541</b>	<b>9.434</b>	<b>177.786</b>
<b>Total operação de crédito</b>	<b>55.691</b>	<b>453.451</b>	<b>404.948</b>	<b>1.964.063</b>	<b>2.878.153</b>
30/06/2017					
	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>Créditos</b>					
Setor privado					
Pessoa jurídica	6.474	81.909	90.637	125.914	304.934
Financ. imobiliários	14.190	38.667	123.591	660.242	836.690
Emprést. imobiliários	9.895	28.054	83.718	325.223	446.890
Pessoas físicas	10.908	77.267	214.348	493.218	795.741
<b>Total</b>	<b>41.467</b>	<b>225.897</b>	<b>512.294</b>	<b>1.604.597</b>	<b>2.384.255</b>
	Prestações vencidas	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Outros créditos com característica de concessão de crédito	1.090	14.744	21.621	8.576	46.031
Cartão de crédito - compra à vista e parcelado lojista	666	9.004	13.203	5.237	28.110
<b>Total outros créditos com característica de op. de crédito</b>	<b>1.756</b>	<b>23.748</b>	<b>34.824</b>	<b>13.813</b>	<b>74.141</b>
<b>Total operação de crédito</b>	<b>43.223</b>	<b>249.645</b>	<b>547.118</b>	<b>1.618.410</b>	<b>2.458.396</b>

**c. Composição da carteira por níveis de risco (rating) e por atividade econômica**

	Percentual mínimo de provisão	30/06/2018		30/06/2017	
		Valor da carteira	Provisão	Valor da carteira	Provisão
AA		410.799	-	318.422	-
A	0,50%	2.087.826	(10.439)	1.771.707	(8.858)
B	1,00%	157.798	(1.579)	130.824	(1.308)
C	3,00%	92.479	(2.774)	83.932	(2.518)
D	10,00%	39.932	(3.994)	43.066	(4.306)
E	30,00%	19.240	(5.772)	19.780	(5.934)
F	50,00%	19.220	(9.610)	19.563	(9.781)
G	70,00%	9.899	(6.929)	18.456	(13.663)
H	100,00%	40.960	(40.960)	52.646	(52.646)
<b>Total</b>		<b>2.878.153</b>	<b>(82.057)</b>	<b>2.458.396</b>	<b>(99.014)</b>

**c.1 Composição PCLD por atividade econômica**

	30/06/2018	30/06/2017
Pessoa jurídica	(5.152)	(15.156)
Empréstimos pessoa jurídica com garantia imobiliária	(1.841)	(1.130)
Financiamentos imobiliários	(24.250)	(35.256)
Empréstimos pessoa física com garantia imobiliária	(15.298)	(16.709)
Pessoa física	(32.556)	(26.904)
Outros Créditos	(2.960)	(3.859)
<b>Total</b>	<b>(82.057)</b>	<b>(99.014)</b>

As operações de crédito são compostas, substancialmente, por operações ativas de capital de giro, com garantia de recebíveis, e por operações de crédito pessoal, suportadas por garantias de cheques ou de consignação em folha de pagamento e créditos imobiliários.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018, o total de créditos recuperados foi de R\$ 15.943 (30 de junho de 2017: R\$ 11.548), o de créditos renegociados foi de R\$ 2.708 (30 de junho de 2017: R\$ 1.873) e de créditos baixados como prejuízo foi de R\$ 31.936 (30 de junho de 2017: R\$45.704).

**d. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>(85.212)</b>	<b>(114.294)</b>
Provisão constituída	(34.695)	(39.834)
Reversão de provisão	5.914	9.410
Baixas para prejuízo	31.936	45.704
<b>Saldo final</b>	<b>(82.057)</b>	<b>(99.014)</b>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8a)	(79.097)	(95.900)
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (nota 9)	(2.960)	(3.114)

**e. Despesa de PCLD líquida de recuperações**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Provisão constituída	(34.695)	(39.834)
Reversão de provisão	5.914	9.410
<b>Despesa de PCLD líquida de recuperações</b>	<b>(28.781)</b>	<b>(30.424)</b>

**f. Rendas de operações de crédito**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Pessoa jurídica	39.351	31.693
Financiamentos imobiliários	68.992	51.124
Empréstimos imobiliários	46.933	39.571
Pessoa física	96.898	100.346
<b>Renda bruta de operações de crédito</b>	<b>252.174</b>	<b>222.734</b>
Recuperação de créditos baixados	15.943	11.548
(-) Despesas de comissões pagas	(13.968)	(9.156)
<b>Total</b>	<b>254.149</b>	<b>225.126</b>

**8 Outros créditos**

Compreendem saldos de devedores diversos, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Carteira de câmbio	1.277	-	1.277	-
Adiantamentos a terceiros	1.896	1.401	2.142	1.504
Imposto de renda a compensar	8.927	3.980	9.070	3.990
Devedores diversos (a)	57.649	34.349	59.176	34.412
Créditos tributários (d)	26.258	34.437	26.623	34.438
Cheques a receber	577	-	577	-
Bonificações a receber	5.271	-	5.271	-
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	134.500	28.110	134.500	28.110
Outros créditos com características de concessão de crédito (Nota 7) (b)	33.852	32.218	33.852	32.218
(-) Provisão para outros créditos (Nota 7)	(2.497)	(3.114)	(2.497)	(3.114)
<b>Total do circulante</b>	<b>267.710</b>	<b>131.381</b>	<b>269.991</b>	<b>131.558</b>
Créditos tributários (d)	10.562	7.678	10.562	8.421
Depósito em garantia (c)	1.007	867	1.007	867
Outros créditos com características de concessão de crédito (Nota 7) (b)	9.434	13.813	9.434	13.813
(-) Provisão para outros créditos (Nota 7)	(463)	-	(463)	-
<b>Total não circulante</b>	<b>20.540</b>	<b>22.358</b>	<b>20.540</b>	<b>23.101</b>

(a) Referem-se a liquidações antecipadas de operações de crédito no valor de R\$ 48.667 (2017: R\$ 32.355), recompra de operações de crédito no valor de R\$ 3.818 (2017: R\$ 964) e outros valores R\$ 5.164 (2017: R\$ 1.118).

- (b) Referem-se à acordos com operações de crédito imobiliário e com pessoas jurídicas.
- (c) Os saldos de depósitos em garantia referem-se a depósitos judiciais correspondentes: i) ao questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/1995, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL no valor de R\$ 879 (2017: R\$827); e ii) a valores bloqueados pelo sistema judicial do Banco Central (BACEN JUD) em contas-correntes mantidas em Instituições Financeiras de R\$ 129 (2017: R\$ 40).
- (d) Os créditos tributários vencíveis em 2018 são decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões sobre operações de crédito, cuja dedutibilidade ocorre após 180 dias da data de vencimento das operações. A totalidade desses créditos tem sua realização até 2019.

Ademais, estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões cíveis e trabalhistas sobre as operações com realização prevista para 2018.

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes (CDI de 7,12% a.a.), está descontado de R\$18.652, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$63.983 em 30 de junho de 2018.

<b>Controladora</b>			
<b>30/06/2018</b>			
	<b>Imposto de renda - PJ</b>	<b>Contribuição social sobre o lucro</b>	<b>Saldo de créditos tributários</b>
<b>Itens-base do diferimento</b>			
<b>Diferenças temporárias:</b>			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	56.228	56.228	25.303
Provisão sob ações cíveis	2.805	2.805	1.262
Provisão sob processos trabalhistas	12.617	12.617	5.678
Provisão bens não de uso próprio	277	277	124
Operações de <i>hedge</i>	2.067	2.067	930
Prejuízo fiscal	7.829	7.829	3.523
<b>Base de cálculo</b>	<b>81.823</b>	<b>81.823</b>	
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	20.455	16.365	36.820
<b>Créditos tributários em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>76.763</b>	<b>76.763</b>	<b>34.543</b>
Constituição no semestre	32.948	32.948	14.827
Realização no semestre	(27.888)	(27.888)	(12.550)
<b>Créditos tributários em 30 de junho de 2018</b>	<b>81.823</b>	<b>81.823</b>	<b>36.820</b>
		Circulante	26.258
		Não circulante	10.562
<b>Controladora</b>			
<b>30/06/2017</b>			
	<b>Imposto de renda - PJ</b>	<b>Contribuição social sobre o lucro</b>	<b>Saldo de créditos tributários</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	66.167	66.167	29.775
Provisão sob ações cíveis	8.491	8.491	3.821
Provisão sob processos trabalhistas	2.817	2.817	1.268
Provisão bens não de uso próprio	277	277	125
Prejuízo fiscal	15.838	15.838	7.127
<b>Base de cálculo</b>	<b>93.590</b>	<b>93.590</b>	<b>42.116</b>
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	23.398	18.718	42.116
<b>Créditos tributários em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>86.677</b>	<b>86.677</b>	<b>39.005</b>
Constituição no semestre	29.295	29.295	13.183
Realização no semestre	(22.382)	(22.382)	(10.072)
<b>Créditos tributários em 30 de junho de 2017</b>	<b>93.590</b>	<b>93.590</b>	<b>42.116</b>
		Circulante	34.438
		Não circulante	7.678

<b>Consolidado</b>			
<b>30/06/2018</b>			
	<b>Imposto de renda - PJ</b>	<b>Contribuição social sobre o lucro</b>	<b>Saldo de créditos tributários</b>
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	56.228	56.228	25.303
Provisão sob ações cíveis	2.805	2.805	1.262
Provisão sob processos trabalhistas	12.617	12.617	5.678
Provisão bens não de uso próprio	277	277	124
Provisão para outros créditos	2.067	2.067	930
Prejuízo fiscal	8.641	8.641	3.888
Base de cálculo	82.635	82.635	
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	20.658	16.527	37.185
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2017	77.575	77.575	34.908
Constituição no semestre	32.948	32.948	14.827
Realização no semestre	(27.888)	(27.888)	(12.550)
Créditos tributários em 30 de junho de 2018	82.635	82.635	37.185
		Circulante	26.623
		Não circulante	10.562

<b>Consolidado</b>			
<b>30/06/2017</b>			
	<b>Imposto de renda - PJ</b>	<b>Contribuição social sobre o lucro</b>	<b>Saldo de créditos tributários</b>
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	66.167	66.167	29.775
Provisão sob ações cíveis	8.491	8.491	3.821
Provisão sob processos trabalhistas	2.817	2.817	1.268
Provisão bens não de uso próprio	277	277	125
Prejuízo fiscal	17.735	17.735	7.870
Base de cálculo	95.487	95.487	42.859
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	23.398	18.718	42.859
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2016	88.195	88.195	39.687
Constituição no semestre	29.659	29.674	13.353
Realização no semestre	(22.382)	(22.382)	(10.181)
Créditos tributários em 30 de junho de 2017	95.487	95.487	42.859
		Circulante	34.438
		Não circulante	8.421

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em estudo de realização do crédito tributário preparado, conforme demonstrado abaixo:

<b>Controladora</b>						
<b>30/06/2018</b>						
<b>Período</b>	<b>Créditos diferidos</b>		<b>IR</b>		<b>CSLL</b>	
	<b>Valor crédito</b>	<b>Valor presente</b>	<b>Valor crédito</b>	<b>Valor presente</b>	<b>Valor crédito</b>	<b>Valor presente</b>
2018	40.304	39.438	10.075	9.859	8.061	7.888
2019	41.519	23.760	10.380	5.940	8.304	4.752
Total do circulante	58.350	56.689	14.588	14.172	11.670	11.338
Total do não circulante	23.473	6.509	5.867	1.627	4.695	1.302
Total geral	81.823	63.198	20.455	15.799	16.365	12.640

Período	Controladora 30/06/2017					
	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor base	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2017	57.135	55.432	14.284	13.858	11.427	11.086
2018	36.455	33.744	9.114	8.436	7.291	6.749
Total do circulante	76.528	73.676	19.132	18.419	15.306	14.735
Total do não circulante	17.062	15.500	4.266	3.875	3.412	3.100
Total geral	93.590	89.176	23.398	22.294	18.718	17.835

Período	Consolidado 30/06/2018					
	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2018	41.116	40.223	10.278	10.056	8.223	8.045
2019	41.519	23.760	10.380	5.940	8.304	4.752
Total do circulante	59.162	57.474	14.791	14.369	11.832	11.495
Total do não circulante	23.473	6.509	5.867	1.627	4.695	1.302
Total geral	82.635	63.983	20.658	15.996	16.527	12.797

Período	Consolidado 30/06/2017					
	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor base	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2017	57.135	55.432	14.284	13.858	11.427	11.086
2018	38.352	35.467	9.478	8.436	7.670	6.749
Total do circulante	76.528	73.676	19.132	18.419	15.306	14.735
Total do não circulante	18.959	17.223	4.630	3.875	3.791	3.100
Total geral	95.487	90.899	23.762	22.294	19.097	17.835

- (c) A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em estudo de realização do crédito tributário preparado para o ano de 2018.

## 9 Outros valores e bens

Bens não de uso próprio (a)	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Bens não de uso próprio	87.526	52.032	87.526	52.032
Bens em regime especial	2.038	2.407	2.038	2.407
Estoque de materiais	671	2	671	2
Provisão para desvalorização	(277)	(332)	(277)	(332)
	89.958	54.109	89.958	54.109
<b>Despesas antecipadas (b)</b>				
Despesas antecipadas correspondentes	15.205	24.985	15.205	24.985
Deságio na colocação de títulos	1.065	2.147	1.065	2.147
Outras despesas antecipadas	14.455	1.899	14.462	1.925
	30.725	29.031	30.732	29.057
<b>Total</b>	<b>120.683</b>	<b>83.140</b>	<b>120.690</b>	<b>83.166</b>
Circulante	59.655	65.854	59.662	65.880
Não circulante	61.028	17.286	61.028	17.286

- (a) Os bens não de uso próprio referem-se aos imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos. A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em estimativa realizada pela Administração.

- (b) As despesas com comissões pagas aos correspondentes até dezembro de 2014 estão sendo diferidas conforme o prazo de recebimento dos contratos firmados com os respectivos clientes, que são classificados até a realização futura das rendas pertinentes aos referidos contratos, quando serão apropriadas para o resultado. Já as comissões pagas a partir de 2015 são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.294/2013.

## 10 Investimentos

Os ajustes dos investimentos são realizados pelo método de equivalência patrimonial e pelo custo, conforme demonstrado abaixo:

Empresas controladas	Nota	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Valor contábil		Resultado de Equivalência
					30/06/2018	30/06/2018	30/06/2018
Interdigital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	(a)	100	5.465	84%	4.591		477
Inter DTVM Ltda.	(a)	2.000	2.116	93%	1.968		3.902
<b>Total</b>					<b>6.559</b>		<b>4.379</b>
Outros Investimentos	(b)				1.105		-
<b>Total geral Investimento</b>					<b>7.664</b>		<b>4.379</b>

Empresas controladas	Nota	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Valor contábil		Resultado de Equivalência
					30/06/2017	30/06/2017	30/06/2017
Intermedium Promotora de Vendas Ltda.	(a)	30	327	99,96%	-		80
Interdigital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	(a)	9	1.646	74%	1.454		456
Inter DTVM Ltda.	(a)	2.000	962	95%	819		(131)
<b>Total</b>					<b>2.273</b>		<b>405</b>
Outros Investimentos	(b)				1.105		-
<b>Total geral Investimento</b>					<b>3.378</b>		<b>405</b>

### a. Investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em controladas".

### b. Outros investimentos

No exercício de 2016, o Banco adquiriu 5 (cinco) cotas da Câmara Interbancária de Pagamentos e o preço total desta aquisição foi de R\$1.105. Tal investimento está avaliado pelo custo.

## 11 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

### a. Depósitos

Controladora						
30/06/2018						30/06/2017
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Depósitos à vista	353.223	-	-	-	353.223	105.310
Depósitos interfinanceiros	1.182	-	-	-	1.182	1.137
Depósitos a prazo	9.352	168.272	293.418	992.225	1.463.267	1.589.784
Outros depósitos	9.459	-	-	-	9.459	-
<b>Total geral</b>	<b>373.216</b>	<b>168.272</b>	<b>293.418</b>	<b>992.225</b>	<b>1.827.131</b>	<b>1.696.231</b>
				Total do circulante	834.906	491.568
				Total do não circulante	992.225	1.204.663

	Consolidado					30/06/2017
	30/06/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos à vista	352.026	-	-	-	352.026	104.947
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	1.137
Depósitos a prazo	9.352	168.272	293.418	986.753	1.457.795	1.586.842
Outros depósitos	9.459	-	-	-	9.459	-
<b>Total geral</b>	<b>370.837</b>	<b>168.272</b>	<b>293.418</b>	<b>986.753</b>	<b>1.819.280</b>	<b>1.692.926</b>
					Total do circulante	832.527
					Total do não circulante	986.753
						488.263
						1.204.663

### b. Recursos de aceites e emissão de títulos

	Controladora e Consolidado					30/06/2017
	30/06/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Letras de Crédito Imobiliário	150.798	488.687	303.630	535.631	1.478.746	1.304.649
Letras de Crédito Agrícola	-	20.431	-	-	20.431	18.244
Letras Financeiras	-	-	1.815	10.170	11.985	1.680
<b>Total geral</b>	<b>150.798</b>	<b>509.118</b>	<b>305.445</b>	<b>545.801</b>	<b>1.511.162</b>	<b>1.324.573</b>
					Total do circulante	965.361
					Total do não circulante	545.801
						712.695
						611.878

As captações de DPGE perfazem o montante de R\$14.482 (2017: R\$121.176) e são remuneradas à taxa média de 102% do CDI (2017: 106%). Os demais depósitos a prazo possuem taxa média de remuneração de 98,2% do CDI (2017: 105%).

### c. Despesas com operações de captação no mercado

	Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017
<b>Despesas de captação</b>		
Depósitos interfinanceiros	(137)	(263)
Depósitos à prazo	(49.896)	(89.979)
Letras de Crédito Imobiliário	(52.985)	(63.651)
Letras de Crédito Agrícola	(532)	(502)
<b>Total</b>	<b>(103.550)</b>	<b>(154.395)</b>
<b>Despesas com obrigações por operações</b>		
Letras Financeiras	(275)	(769)
<b>Total</b>	<b>(275)</b>	<b>(769)</b>
<b>Total das despesas com captação no mercado</b>	<b>(103.825)</b>	<b>(155.164)</b>



	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
<b>Despesas de captação</b>		
Depósitos interfinanceiros	(137)	(264)
Depósitos à prazo	(49.703)	(89.865)
Letras de crédito imobiliário	(52.985)	(63.651)
Letras de crédito agrícola	(532)	(502)
Total	<b>(103.357)</b>	<b>(154.282)</b>
<b>Despesas com obrigações por operações</b>		
Letras financeiras	(275)	(769)
<b>Total</b>	<b>(275)</b>	<b>(769)</b>
<b>Total das despesas com captação no mercado</b>	<b>(103.632)</b>	<b>(155.051)</b>

## 12 Obrigações por empréstimos e repasses

Referem-se a operações de repasse de financiamentos de créditos imobiliários captados com a Caixa Econômica Federal, com taxas entre 4,5% e 6% a.a.

	Controladora e Consolidado				
	30/06/2018				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos e repasses	207	567	681	31.882	33.337
<b>Total geral</b>	<b>207</b>	<b>567</b>	<b>681</b>	<b>31.882</b>	<b>33.337</b>
Total do circulante					1.455
Total do não circulante					31.882
	30/06/2017				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos e repasses	180	621	745	35.020	36.566
<b>Total geral</b>	<b>180</b>	<b>621</b>	<b>745</b>	<b>35.020</b>	<b>36.566</b>
Total do circulante					1.546
Total do não circulante					35.020

## 13 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Cessões a pagar e pagamentos diversos (a)	59.471	29.319	62.353	30.163
Credores por recursos a liberar (c)	40.494	34.271	40.494	34.270
Impostos devidos	7.897	5.503	7.897	5.921
Operações de câmbio	3.385	8.390	3.385	8.390
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	1.042	-
Provisão para dividendos (nota 16d)	15.805	-	16.429	-
Provisões para contingências (b)	16.301	12.135	16.301	12.135
Parcelado lojista	63.981	28.110	63.981	28.110
Outras obrigações	100	-	112	-
<b>Total</b>	<b>207.434</b>	<b>117.728</b>	<b>211.994</b>	<b>118.989</b>
Circulante	187.467	104.050	192.027	105.311
Não circulante	19.967	13.678	19.967	13.678

- (a) Estes valores são representados principalmente por financiamentos a liberar no valor de R\$ 6.811 (2017: R\$ 3.123), cheque administrativo, no valor de R\$ 137 (2017: 1.489) e "Outros", no valor de R\$11.805 (2017: R\$ 5.379), representados por fornecedores, provisões para despesas de pessoal e provisões para impostos a recolher;
- (b) Provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$ 15.422 (2017: R\$ 11.308), conforme divulgado na Nota Explicativa nº 17. compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/1995, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$879 (2017: R\$ 827); cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo (Nota Explicativa nº 8); e
- (c) O saldo de credores por recursos a liberar é representado por valores a liberar a clientes referentes a operações de créditos imobiliários no aguardo do registro do imóvel.

## 14 Transações com partes relacionadas

	Prazo médio	Taxa média	30/06/2018		30/06/2017	
			Passivos	Despesas	Passivos	Despesas
<b>Controlador (a)</b>						
Captações (depósitos e letras)	6 a 36 meses	92 a 104% CDI	(62.896)	(2.538)	(137.418)	(2.348)
Controladas (b)						
Captações (depósitos e letras)	1 a 61 meses	102 a 104% CDI	(32.369)	(1.905)	(19.686)	(1.103)
Pessoal-chave da Administração (c)						
Captações (depósitos e letras)	12 a 61 meses	94 a 105% CDI	(5.961)	(276)	(10.845)	(557)
Outras partes relacionadas (d)						
Pessoas físicas e jurídicas relacionadas	3 a 61 meses	90 a 110% CDI	(266.564)	(9.040)	(229.738)	(12.867)
Cotas securitizadora BZS			-	-	-	(662)

- (a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição;
- (b) qualquer entidade sob controle da instituição;
- (c) qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal;
- (d) quaisquer membros da família imediata do pessoal-chave da administração ou empresas por estes controladas;

As captações via depósitos correspondem a CDBs, LCIs e LCAs pós-fixados. As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigente nas datas das operações.

Todas as transações entre o Banco, suas controladas e partes relacionadas são efetuadas a preços, prazos e taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

Conforme legislação em vigor, o Banco e suas controladas não podem conceder operações de crédito para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;

- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, do Banco e suas controladas, quaisquer diretores ou administradores do Grupo, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco e suas controladas empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

#### a. Remuneração dos Administradores do Banco

A remuneração dos Administradores do Banco é paga integralmente pelo Banco Inter S.A, sem o respectivo reembolso. O Banco possui plano de opção de compra de ações preferenciais para os seus Administradores. Maiores informações sobre o plano estão detalhadas na nota explicativa nº 24.

A remuneração dos Administradores do Banco Inter S.A para o período findo 30 de junho de 2018 foi de, aproximadamente, R\$4.865 (30 de junho de 2017: R\$4.840) *ad referendum* à Assembleia Geral Ordinária.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16 (d), do lucro do período findo em 30 de junho de 2018, foram propostos juros sobre o capital próprio aos acionistas, no montante de R\$18.335 (2017: R\$ 12.309).

## 15 Imposto de renda e contribuição social

O Banco constituiu provisões temporariamente indedutíveis no montante aproximado de R\$56.228 (2017: R\$66.167), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a imposto de renda e contribuição social, cujo valor, em 30 de junho de 2018, perfazia um montante de R\$25.303 (2017: R\$29.775).

Além disso, o Banco mantém bases de cálculo de créditos tributários relativas a: provisão para danos morais, no valor de R\$12.618 (2017: R\$8.491); provisões trabalhistas, no valor de R\$2.805 (2017: R\$2.817); provisão para desvalorização de bens não de uso próprio, no valor de R\$277 (2017: R\$277) e de relativo à prejuízo fiscal, no valor de R\$7.829 (R\$15.838). O total destes créditos tributários é de R\$11.518 (2017: R\$12.340).

A Administração, com base na Resolução CMN nº 3.059/2002, entende que serão produzidos resultados suficientes para a absorção de tal crédito, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 8 (d).

	Controladora			
	30/06/2018		30/06/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.416	39.416	18.978	18.978
Adições (exclusões) líquidas:				
Juros sobre capital próprio	(18.334)	(18.334)	(12.309)	(12.309)
Equivalência patrimonial	(4.379)	(4.379)	(405)	(405)
PCLD, líquida	(1.899)	(1.899)	(23.689)	(23.689)
Custo na emissão de ações	(30.364)	(30.364)		
Outras, líquidas	13.016	13.016	1.587	1.587
Base de cálculo	(2.544)	(2.544)	(15.838)	(15.838)
Aliquota efetiva (15% IR e 20% CSLL)	-	-	-	-
Aliquota adicional (10% IR)	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	(6.326)	(5.061)	1.728	1.383
Total	(6.326)	(5.061)	1.728	1.383
Despesa de imposto de renda e contribuição social		(11.387)		3.111

	Consolidado			
	30/06/2018		30/06/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição Social
<b>Apuração Lucro Real</b>				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	40.397	40.397	18.302	18.302
Adições (exclusões) líquidas:				
Juros sobre capital próprio	(18.334)	(18.334)	(12.309)	(12.309)
Equivalência patrimonial	(4.379)	(4.379)	(405)	(405)
PCLD, líquida	(1.899)	(1.899)	(23.689)	(23.689)
Prejuízo fiscal	(295)	(295)	-	-
Custo na emissão de ações	(30.364)	(30.364)	-	-
Outras, líquidas	13.016	13.016	1.587	1.587
Base de cálculo	(1.858)	(1.858)	(16.514)	(16.514)
<b>Apuração Lucro Presumido</b>				
Receita de serviços	9.024	9.024	4.805	4.805
Lucro presumido (32%)	2.888	2.888	1.538	1.538
Outras receitas	162	162	97	97
<b>Base de cálculo Lucro Presumido</b>	3.050	3.050	1.635	1.635
Alíquota efetiva (15% IR e 20% CSLL)	(561)	-	-	-
Alíquota adicional (10% IR)	(351)	-	(158)	-
Alíquota efetiva lucro presumido (15% IR e 9% CSLL)	-	(412)	(240)	(147)
IRPJ e CSLL diferidos	(6.400)	(5.120)	1.792	1.433
Total	(7.312)	(5.532)	1.394	1.286
Despesa de imposto de renda e contribuição social		(12.844)		2.680

Não houve recolhimento por estimativa de imposto de renda e contribuição social no período findo em 30 de junho de 2018 (2017: não houve).

## 16 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 12 de março de 2018 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, Extraordinária e Especial de Preferencialistas o desdobramento das ações integrantes do capital social do Banco na razão de 6 (seis) ações em substituição a cada 1 (uma) ação naquela data existente, respeitadas as respectivas espécies. Após o desdobramento, foi também aprovada a conversão de 11.520.186 ações preferenciais em 11.520.186 ações ordinárias, assim como a conversão de 1.300.254 ações ordinárias em 1.300.254 ações preferenciais.

No dia 26 de abril de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do capital social do Banco, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$ 541.463, mediante a emissão em decorrência da oferta primária de 29.268.294 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

No dia 30 de abril de 2018 o Banco Inter concretizou sua Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Preferenciais. As ações do Banco foram ofertadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, pelo preço de R\$ 18,50 por ação. Foi captado um total de R\$ 656.319, dos quais R\$ 541.463 foram destinados ao Banco Inter pela emissão primária de ações, com geração de caixa líquido de despesas com comissões, honorários e impostos, no valor de R\$ 511.099. Os custos com a emissão de ações totalizaram R\$16.700, líquidos dos efeitos tributários.

A oferta consistiu na distribuição primária de 29.268.294 novas ações preferenciais de emissão do Banco e na distribuição secundária de 6.208.426 ações preferenciais de emissão do Banco e de titularidade dos Acionistas Vendedores. A liquidação da oferta ocorreu no dia 03 de maio de 2018 mediante a entrega de *Units* aos investidores, sendo desmembradas em ações preferenciais no dia 11 de maio de 2018.

Em 26 de junho de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta da Diretoria do aumento de capital em até R\$10.090 mediante a emissão de até 844.468 novas ações, sendo até 425.094 ações ordinárias e até 419.374 ações preferenciais, devendo os acionistas elegíveis exercer seu direito de preferência na subscrição das novas ações no período compreendido entre 05 de julho de 2018 (inclusive) ao dia 06 de agosto de 2018 (inclusive) ("Período de Subscrição").

Em 30 de junho de 2018 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 100.126.630 ações nominativas, sendo 50.341.992 ordinárias e 49.784.638 preferenciais, todas sem valor nominal.

**b. Reserva legal**

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

**c. Reserva de retenção de lucros**

Nos semestres anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Banco optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Retenção de Lucros.

**d. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

O Banco Inter adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

As destinações dos resultados dos períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017, estão apresentadas a seguir:

Destinação do Resultado	30/06/2018	30/06/2017
Lucro líquido	28.029	22.089
Reserva Legal	1.401	1.105
JSCP pagos e provisionados	18.335	12.309
Reserva estatutária	8.293	8.675

Em 26 de junho de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta da Diretoria para a declaração e o pagamento de JSCP no valor bruto de R\$11.870. Em 30 de junho de 2018 o saldo provisionado a título de Juros sobre o Capital Próprio era de R\$18.335 (30 de junho de 2017: R\$12.309).

	30/06/2018		30/06/2017	
	Valor provisionado	Valor por ação	Valor provisionado	Valor por ação
Juros sobre capital próprio pago no semestre	7.224	0,10	12.309	0,17
Juros sobre capital próprio à pagar	18.335	0,23	12.309	0,17
Imposto Juros sobre capital próprio à pagar	(2.529)	(0,03)	(1.847)	(0,3)
Juros sobre capital próprio líquido à pagar	15.806	0,20	10.462	0,14

**e. Ações em tesouraria**

Em 31 de março de 2018, a Administração do Banco optou por recomprar 1.260 ações, totalizando 650.100 ações preferenciais mantidas em tesouraria.

Em 02 de abril de 2018 foi aprovado em assembleia geral extraordinária e assembleia geral especial de preferencialistas o cancelamento de 530.000 ações preferenciais nominativas mantidas em tesouraria pelo Banco, sem redução do capital social.

Em 30 de junho de 2018 o Banco mantém 120.100 ações preferenciais nominativas em tesouraria. O saldo dessas ações em 30 de junho de 2018 é de R\$ 432 (2017: R\$ 2.284).

**f. Ajuste de avaliação patrimonial**

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$85 (2017: R\$ 22) e corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda e cotas de fundos de investimentos, que são marcados a mercado.

**g. Lucro por ação**

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	30/06/2018	30/06/2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	28.029	22.089
Número médio de ações	80.497	71.388
Lucro por ação básico (R\$)	0,35	0,31
Lucro por ação diluído (R\$)	0,34	0,31

Para fins de comparabilidade, o número médio de ações e cálculo do lucro por ação apresentados anteriormente foram alterados na razão de 6 ações a cada 1 ação para demonstrar o desdobramento das ações ocorrido em 2018.

**17 Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias**

**a. Ativos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente pelo Banco, uma vez que se referem a ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Banco.

**b. Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias**

O Banco Inter é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Há provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis, trabalhistas e fiscais no valor de R\$ 14.778 (2017: R\$ 12.135), registrada sob a rubrica "outras obrigações", conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13 (c). Vide movimentação dos saldos no item "b.1".

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

### **b.1 Movimentação das provisões e classificação por natureza**

Natureza	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.817	7.199	798	10.814
Constituições/atualizações	685	2.468	29	3.182
Pagamentos/reversões	(685)	(1.176)	-	(1.861)
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<b>2.817</b>	<b>8.491</b>	<b>827</b>	<b>12.135</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.935	9.953	853	13.741
Constituições/atualizações	678	7.643	26	8.347
Pagamentos/reversões	(809)	(4.978)	-	(5.787)
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b>	<b>2.804</b>	<b>12.618</b>	<b>879</b>	<b>16.301</b>

### **c. Passivos contingentes com perdas possíveis**

#### **c.1 Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis**

##### **c.1.1 Imposto de renda e contribuição social**

- (i) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$879, cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo.
- (ii) Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração para constituir créditos tributários a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009, acrescidos de multa de ofício (qualificada) de 150% e dos juros de mora, bem como para aplicar multa isolada de 50% sobre valores de estimativas de IRPJ e de CSLL. Seguem valores atualizados em junho de 2018:
- (iii) Principal, no valor de R\$10.300; multa, de R\$19.891; juros, de R\$19.469 - Total de R\$49.660.

Os autos de infração têm por objetivo glosa de despesas incorridas com prestação de serviços. Tendo em vista a situação fática em discussão e os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

##### **c.1.2 Cofins**

- (i) O Banco Inter possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, o Banco, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.
- (ii) Em 2 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal, transitada em julgado, conforme especificado no item (i) acima, abriu processo administrativo cobrando os valores dos depósitos judiciais referentes à COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para junho de 2018: principal no valor R\$1.255; multa R\$251; juros, R\$2.403 — Total de R\$3.909.

Em 5 de outubro de 2010, foi deferida liminar determinando o processamento da defesa apresentada nos autos do Processo Administrativo, com recurso hierárquico, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- (iii) Em 14 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando os valores dos pedidos de restituição/compensação pagos a maior a título de COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados até junho de 2018: principal, valor R\$3.496; multa, R\$699; juros R\$ 4.260 - Total de R\$8.455.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (iv) Em 11 de novembro de 2010, foram lavrados autos para constituir créditos tributários a título de PIS e COFINS, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora no período de março de 2006 a dezembro de 2008. Os recolhimentos das contribuições em questão foram considerados insuficientes.

- **COFINS:** Principal, no valor de R\$10.026; juros e encargos, de R\$ 13.494 - Total de R\$23.520.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (v) Em 15 de dezembro de 2014, foi lavrado auto de infração para constituir crédito tributário a título de COFINS, relativo ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora.

Principal, no valor de R\$ 11.212; multa R\$8.409; juros, de R\$11.454 - Total de R\$31.075

O auto de infração foi lavrado sob o fundamento de que o Banco teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão. Tendo em vista os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

- (vi) Em 9 de outubro de 2015, o Banco foi intimado acerca do despacho decisório que indeferiu o direito creditório de compensar débitos com créditos decorrentes de pagamentos considerados indevidos pelo Banco, efetuados a título de COFINS (meses de janeiro e fevereiro de 2014).

Em 3 de novembro de 2015, foi protocolada a manifestação de inconformidade, para a qual aguarda-se manifestação.

Principal, valor de R\$1.367; multa, R\$273, juros de R\$620 - Total de R\$2.260.

- (vii) Em 24 de janeiro de 2017, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de multa isolada de 50% sobre o valor do débito cuja compensação não foi homologada nos autos do processo administrativo nº 10680.723654/2015-41

Multa isolada, no valor de R\$688; juros R\$ 77 - Total de R\$765

- (viii) Em 05 de abril de 2017, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de COFINS, acrescido da multa de ofício de 75% e dos juros de mora, sob o fundamento de que o Banco Inter, no ano-calendário de 2013, teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão em virtude da não inclusão das "receitas financeiras" na base de cálculo.



Principal, valor de R\$8.804, multa; de R\$ 6.603; juros R\$ 5.174 - Total de R\$20.581.

Aguarda-se remessa dos autos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), para julgamento do recurso voluntário interposto.

## 18 Rendas de prestação de serviço

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Rendas de tarifas bancárias	2.286	1.125	2.286	1.125
Outros serviços	893	731	10.651	6.148
Taxas de gestão e estruturação	1.859	1.726	1.859	1.726
Rendas de intercâmbio	6.686	1.253	6.686	1.253
Taxas de cadastro crédito imobiliário	1.862	1.120	1.862	1.120
Taxas de cadastro empréstimos PJ	2.190	2.245	2.190	2.245
Outras rendas de prestação de serviço	4	11	4	11
<b>Total</b>	<b>15.780</b>	<b>8.211</b>	<b>25.538</b>	<b>13.628</b>

## 19 Despesas de Pessoal

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Salários	(17.731)	(13.399)	(18.695)	(14.175)
Remuneração da diretoria e do conselho de administração	(4.865)	(4.840)	(8.735)	(6.876)
Encargos sociais e previdenciários	(8.219)	(6.247)	(8.677)	(6.655)
Participação nos lucros	(4.305)	(2.938)	(4.484)	(3.133)
Despesas de férias e 13º salário	(3.673)	(2.554)	(3.864)	(2.747)
Benefícios	(6.219)	(4.570)	(6.430)	(4.775)
Outros	(4.170)	(1.489)	(4.193)	(1.495)
<b>Total</b>	<b>(49.182)</b>	<b>(36.037)</b>	<b>(55.078)</b>	<b>(39.856)</b>

## 20 Outras despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Prestação de serviços	(3.317)	(1.981)	(3.362)	(1.994)
Processamento de dados	(17.795)	(10.624)	(18.009)	(10.743)
Aluguel	(2.870)	(2.171)	(2.921)	(2.216)
Comunicação	(3.724)	(2.108)	(3.751)	(2.129)
Despesas bancárias	(10.233)	(3.713)	(10.309)	(3.713)
Serviços técnicos especializados	(8.802)	(5.208)	(8.871)	(5.230)
Propaganda e publicidade	(9.711)	(6.016)	(9.743)	(6.041)
Manutenção e conservação de bens	(2.139)	(2.318)	(2.152)	(2.322)
Despesas cartoriais e judiciais	(1.058)	(583)	(1.059)	(584)
Outros	(4.228)	(4.404)	(4.387)	(4.632)
<b>Total</b>	<b>(63.877)</b>	<b>(39.126)</b>	<b>(64.564)</b>	<b>(39.604)</b>

## 21 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Recuperação de encargos e despesas	5.320	3.612	5.320	3.614
Rendas de Títulos e créditos a receber	1.478	-	1.478	-
Receita de portabilidade	397	446	397	445
Receitas de performance	7.230	-	7.230	-
Outras rendas	399	1.393	805	1.403
<b>Total</b>	<b>14.824</b>	<b>5.451</b>	<b>15.230</b>	<b>5.462</b>

## 22 Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Amortização e depreciação	(774)	(670)	(779)	(684)
Descontos concedidos	(1.455)	(5.050)	(1.455)	(5.050)
Despesas com portabilidade	(92)	(114)	(92)	(114)
Despesas tarifa de saque cartão	(3.665)	(697)	(3.665)	(697)
Outras despesas com cartões	(1.242)	(388)	(1.242)	(388)
Despesas com câmbio	(988)	(287)	(988)	(287)
Outras despesas	(1.591)	(1.098)	-	(1.088)
<b>Total</b>	<b>(9.807)</b>	<b>(8.304)</b>	<b>(8.221)</b>	<b>(8.308)</b>

## 23 Resultado não operacional

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Ganhos (Perdas) na alienação de valores e bens	(52)	(2.328)
Outros ganhos (perdas) de capital	143	-
Provisão para contingências	(7.386)	(3.153)
Outras receitas	-	13
<b>Total</b>	<b>(7.295)</b>	<b>(5.468)</b>

## 24 Pagamento baseado em ações

Ao longo dos anos, foram realizados no Banco e suas controladas planos de outorga de opções de compra de ações ao pessoal chave da Administração.

O Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais, instituído nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/1976, é uma iniciativa do Conselho de Administração do Banco, por meio do qual foram outorgadas, aos administradores, aos executivos e aos colaboradores do Banco Inter, opções para aquisição de Ações Preferenciais do Banco Inter, com vista a incentivar o desempenho e favorecer a retenção de administradores, executivos e colaboradores do Banco Inter, na medida em que sua participação no capital social do Banco permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações, formando assim, com os acionistas, uma comunhão de interesses.

Dos planos atualmente vigentes, o primeiro iniciou-se no ano de 2012 e encerrará em 2021. A primeira *tranche*, que se iniciou em 2012, e foi concluída em 2017, com uma desvalorização de ações dos acionistas de, aproximadamente, R\$1.700. Para as *tranches* de 2013 e 2014, que se encerrarão nos anos de 2020 e 2021, respectivamente, não haverá custo para o Banco, uma vez que os colaboradores elegidos terão o direito de exercer a opção de adquirir outras 187.630 ações preferenciais, pelo valor unitário de R\$3,68.

Para as *tranches* de 2013 e 2014, caso o colaborador não exerça a opção ou seja desligado do Banco, ele perderá o direito. Uma vez exercidas as opções, o outorgado não poderá vender, transferir ou alienar tais ações, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos tenham decorrido para o adquirente das ações objeto do Plano, pelo período mínimo de cinco anos contados da data do recebimento da primeira oferta de ações a ele oferecidas pelo Banco.

Em 2016, foi lançado um novo Plano de Opção de Compra de Ações, que entrou em vigor em 2017 e se encerrará em 2021, no qual o Banco poderá aumentar o Capital Social em até mais 76.000 (setenta e seis mil) ações preferenciais nominativas, segregadas em cinco *tranches*, observadas as regras do regulamento aprovado pelo Conselho de Administração. As opções que tornarem-se exercíveis terão o valor unitário de R\$ 4,62, podendo ser exercidas pelo participante em até três anos do decurso do último período de carência.

Em 6 de fevereiro de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Inter S.A. o Plano IV de Aquisição de Opções de Ações. Estas opções poderão ser exercidas dentro do período de 3 (três) anos, contados dos respectivos períodos de carência, e após o que serão automaticamente extintas, sem direito a indenização.

O preço de exercício das opções outorgadas nos planos é equivalente ao valor patrimonial por ação no fechamento do ano anterior à outorga.

As regras para exercício e extinção das opções fazem parte do regulamento do plano e estão arquivadas na sede do Banco e suas controladas.

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 16, no primeiro trimestre de 2018 foi aprovado o desdobramento das ações na razão de 6 ações a cada 1. Para fins de comparabilidade, as informações correspondentes abaixo demonstradas foram atualizadas para refletir este desdobramento e a atual posição dos planos.

As principais características dos Planos estão descritas abaixo:

Plano	Aprovação	Opções	Vesting	Preço Médio de Exercício	Participantes	Prazo Final de Exercício
2	24/02/2012	1.699.470	Até 5 anos	R\$ 2,63	Diretores, gestores e colaboradores chave	31/12/2019 31/12/2020 31/12/2021
3	30/09/2016	588.000	Até 5 anos	R\$ 4,62	Diretores, gestores e colaboradores chave	31/12/2023
4	15/02/2018	1.675.488	Até 5 anos	R\$ 5,42	Diretores, gestores e colaboradores chave	15/02/2025

As movimentações das opções de cada plano para o período findo em 30 de junho de 2018 e informações complementares são demonstradas abaixo:

**Movimentações 30/06/2018 (Ações)**

Plano	Qtde de Colaboradores	Saldo Inicial	Concedidas	Prescritas/Canceladas	Exercidas	Saldo Final
2	16	979.728	-	105.120	300.888	573.720
3	20	588.000	-	22.800	1.500	563.700
4	25	1.675.488	-	-	-	1.675.488
		3.243.216	-	127.920	302.388	2.812.908
Preço Médio Pond. das Ações		R\$ 4,75	-	R\$ 3,91	R\$ 0,42	R\$ 4,90

**Movimentações 31/12/2017 (Ações)**

Plano	Qtde de Colaboradores	Saldo Inicial	Concedidas	Prescritas/Canceladas	Exercidas	Saldo Final
2	17	979.728	-	91.080	300.888	587.760
3	20	588.000	-	22.800	1.500	563.700
		1.567.728	-	113.880	302.388	1.151.460
Preço Médio Pond. das Ações		R\$ 3,44	-	R\$ 3,91	R\$ 0,42	R\$ 4,14

**Outras Informações**

Plano	Núm. de Ações Exercíveis	Custo do Prêmio no Exercício	Custo de Prêmio a Ser Reconhecido	Período Remanescente do Custo de Remuneração (em anos)	Vida Contratual Remanescente (em anos)
2	573.720	633	455	1	3
3	563.700	33	984	4	6
4	1.675.488	-	-	5	7

O impacto estimado é referente ao valor dos prêmios das opções outorgadas aos colaboradores nas demonstrações financeiras com base no seu valor justo. Os valores justos dos programas foram estimados com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Programa				
	2 (2012)	2(2013)	2(2014)	3(2016)	4(2018)
Preço de Exercício	1	3,69	3,69	4,62	5,42
Taxa Livre de Risco	10,19%	11,05%	11,15%	11,68%	9,97%
Duração do Exercício (anos)	7	7	7	7	7
Volatilidade Anualizada Esperada	35,06%	35,06%	35,06%	60,33%	64,28%
Valor Justo da Opção na Data de Outorga/Ação	1,83	0,88	0,99	1,13	0,32

O custo de prêmio referente ao programa nº 4 será de responsabilidade dos participantes, não sendo reconhecido nenhum custo por parte do Banco.

## 25 Gestão de Riscos

No Banco Inter, a gestão dos Riscos de Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional e Responsabilidade Socioambiental é realizada de forma contínua e autônoma, se apoia em políticas e estratégias estruturadas e em uma equipe técnica adequadamente capacitada.

A gestão de riscos deve ser tratada como atividade essencial e vital para o crescimento sustentável das operações do grupo e, para isso, mantém e cumpre um conjunto de normas e

procedimentos para assegurar a qualidade dos serviços e produtos ofertados aos seus *stakeholders*.

O Banco Inter possui, ainda, a Comissão de Auditoria e o Comitê de Riscos e Capital, que são formados por integrantes da Alta Direção do Grupo, inclusive do Conselho de Administração, tomando decisões colegiadas, objetivando a supervisão e a avaliação da efetividade dos controles internos, da qualidade e da integridade das informações trabalhadas e do desempenho das auditorias interna e independente.

Mais detalhes sobre a estrutura de gestão de riscos do Banco estão disponíveis no sítio eletrônico [www.bancointer.com.br](http://www.bancointer.com.br), na seção Gestão de Riscos.

**a. Gestão de riscos de liquidez**

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a “cadeia de negócio”, desenvolvimento de produtos, negociação e desembolso de operações, e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

No Banco Inter, essa gestão é também avaliada semanalmente pelo Comitê de Caixa com o objetivo de organizar, avaliar e monitorar o risco de liquidez, estabelecendo processos, ferramentas e limites necessários para a geração e a análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetite aos riscos estabelecidos pela Alta Administração, em linha com a Resolução nº CMN nº 4.557/2017.

**b. Gestão de riscos de mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva do Banco.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

No Banco Inter, a gestão do risco de mercado tem, entre outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados, possibilitando a mensuração e o acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

**b.1 Análise de sensibilidade**

O Banco acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira, com utilização de choque nas taxas de juros que possam causar impactos na carteira da Instituição. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados nas carteiras indexadas às taxas de maior exposição do banco, quais sejam IGPM, IPCA e taxa PRÉ.

Fator de risco		IGPM	IPCA	PRÉ	CARTEIRA TOTAL
<b>MtM em normalidade</b>	<b>1.137.048</b>				
Choques por <i>basis points</i>					
-50 bps	CENÁRIO 3	1.145.651	1.149.045	1.148.813	1.169.413
-25 bps	CENÁRIO 2	1.141.314	1.142.978	1.142.899	1.153.097
-1 bps	CENÁRIO 1	1.137.217	1.137.282	1.137.281	1.137.685
+1 bps	CENÁRIO 1	1.136.878	1.136.813	1.136.815	1.136.411
+25 bps	CENÁRIO 2	1.132.849	1.131.249	1.131.256	1.121.259
+50 bps	CENÁRIO 3	1.128.717	1.125.579	1.125.524	1.105.726

Valores em milhares de reais

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

CENÁRIO 1 - situação provável tendo por base as variáveis de mercado como curvas IGPM, IPCA e PRÉ impactadas, respectivamente, por choques paralelos, com base na variação das curvas de mercado para a respectiva data base com o período de 1 ano.

CENÁRIO 2 - situação de deterioração e de elevação de 25 *base points* nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base.

CENÁRIO 3 - situação de deterioração e de elevação de 50 *base points* nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base.

Adicionalmente, a fim de estimar o efeito da variação de determinado fator de risco sobre o PR (patrimônio de referência), Banco Inter executa testes de sensibilidade em que avalia:

- Os ganhos e perdas máximas esperadas no 1º e 99º percentil, calculados a partir de uma série de 252 retornos, apurados a partir do cálculo de VaR da carteira, utilizando metodologia paramétrica com 99% de confiança e horizonte de tempo de um dia escalado para vinte e um dias.

Fator de Risco	Percentil			
	1 - 1 ano(s)	99 - 1 ano(s)	1 - 5 ano(s)	99 - 5 ano(s)
Cupom de Euro	14,12	(38,54)	24,46	(56,67)
Euro	(573,25)	(27,22)	(1.064,78)	(12,77)
Número índice IGP-M	(25.141,25)	(1.478,47)	(88.717,66)	(4.421,02)
Cupom de IGP-M	22.294,13	3.582,34	22.592,07	(26.339,93)
Número índice IPCA	(12.984,37)	(641,90)	(94.314,31)	(2.333,70)
Cupom de IPCA	28.128,18	(3.573,86)	26.416,53	(39.016,41)
Cupom de IPC-FIPE	3,60	(0,68)	3,44	(5,38)
PRÉ	36.976,78	(10.971,02)	34.894,81	(109.651,76)
Libra Esterlina	(0,17)	(0,00)	(0,27)	0,15
Cupom de TR	374,43	(116,69)	337,51	(825,29)
USD	(337,66)	(9,10)	(759,80)	84,90
Dólar Australiano	(640,25)	(447,48)	(820,38)	(447,66)
Dólar Canadense	(4,15)	(0,11)	(8,18)	0,47

- Quantidade de bases points necessários para causar reduções de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência. Abaixo, apresentamos apenas os fatores de risco onde para os quais foi possível determinar pelo menos um dos valores informados.

Fator de Risco	Variação % do Patrimônio		
	5%	10%	20%
Cupom de IGP-M	3,11%	7,00%	19,26%
Cupom de IPCA	2,17%	4,87%	12,79%
PRÉ	2,52%	5,36%	12,07%

Fonte: Sistema Basileia e Mercado

#### c. **Gestão de riscos operacionais**

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017, risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções legais em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Banco Inter trata todos os apontamentos de riscos identificados nos mapeamentos de seus processos, bem como aqueles considerados pelas auditorias e pelos reguladores como risco operacional, e, através deste trabalho, cria ações que mitigam esses apontamentos.

Para alocação de capital para o risco operacional, o Banco Inter adotou a metodologia do Indicador Básico de mensuração ou BIA, conforme previsto no Art. 1º da Circular Bacen nº 3.640/2013.

#### d. **Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

O objetivo da gestão do risco de crédito é apoiar a Alta Administração no processo decisório, definindo estratégias e políticas, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração do Banco.

O Banco Inter realiza a gestão do risco de crédito com apoio do Comitê de Riscos e Capital, adotando critérios de governança através de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, a avaliação, a mensuração, o acompanhamento e o reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas, seja na concessão, seja no monitoramento, seja na recuperação de crédito. Não obstante, testes de estresse são usados para mensurar possíveis perdas em diversos cenários que a área de risco julgue prováveis.

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.678/2013, as informações sobre gestão de riscos e capital encontram-se no endereço:  
<http://ri.bancointer.com.br>.

#### e. **Ouvidoria**

A Ouvidoria do Banco Inter atua como canal de relacionamento entre os clientes e usuários dos produtos e serviços ofertados e no tratamento e na mediação de conflitos. A Ouvidoria tem por escopo buscar soluções ágeis e efetivas, atuando com transparência e imparcialidade e, ainda, possui o compromisso de promover melhorias nos serviços prestados. As ocorrências recebidas pela Ouvidoria são analisadas e atendidas, de modo conclusivo e formal, em até dez dias úteis, em estrita consonância com a Resolução CMN nº 4.433/2015.

**f. Índice de Basileia**

Em 30 de junho de 2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN nº 4.577/2017, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

No segundo semestre de 2014, o Banco Central do Brasil publicou vários normativos relacionados à gestão de riscos, complementando outras publicações relacionadas à Basileia III. Uma delas, a Circular nº 3.714/2014, alterou artigos da Circular nº 3.644/2013, impactando o Índice de Basileia e, conseqüentemente, aumentando as suas disponibilidades na oferta de crédito.

A Resolução CMN nº 4.388/2014, que altera as disposições das demais resoluções relativas à gestão de riscos, incluindo a partir de janeiro de 2015, a necessidade de gerir os riscos do Conglomerado Prudencial, ou seja, das empresas que compõem o Catálogo de Documento (CADOC) 4060, e apuração dos números do Banco através deste documento.

O Banco Inter S.A. possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo Banco. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Destaca-se que a partir de 1º de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- I. Nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar.
- II. Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 1º de outubro de 2013 até 31 de dezembro de 2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 1º de outubro de 2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.444/2007 e nº 3.490/2007, respectivamente.



**DLO - Documento de Limites Operacionais**

**Índice Basiléia**

**Detalhamento das margens de requerimento relativamente ao rwa**

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Patrimônio de referência para comparação com o rwa	926.426	360.356
Patrimônio de referência (pr)	926.426	360.356
Ativos ponderados por risco (rwa)	2.727.353	2.075.835
Rwa para risco de crédito por abordagem padronizada - $rwa_{cpad}$	2.207.077	1.715.513
Rwa para risco de mercado	63.180	19.732
Rwa para risco operacional por abordagem padronizada - $rwa_{opad}$	457.097	340.590
Margem sobre o patrimônio de referência requerido	691.192	168.341
Patrimônio de referência mínimo requerido para o rwa (pre)	235.234	192.015
Margem sobre o patrimônio de referência nível 1 requerido	762.785	235.806
Patrimônio de referência nível i para comparação com rwa	926.426	360.356
Patrimônio de referência nível i	926.426	360.356
Patrimônio de referência nível i mínimo requerido para o rwa	163.641	124.550
Margem sobre o capital principal requerido	803.695	266.944
Capital principal para comparação com rwa	926.426	360.356
Capital principal - cp	926.426	360.356
Capital principal mínimo requerido para o rwa	122.731	93.413
Margem sobre o pr considerando a $r_{ban}$	568.903	104.347
Patrimônio de referência mínimo requerido para o rwa e para rban	306.385	256.009
Valor correspondente ao $r_{ban}$	71.151	63.994
Capital principal mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao capital complementar	139.776	106.387
Capital principal mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao nível ii	122.731	93.413
Adicional de capital principal mínimo requerido para o rwa	51.138	25.948
Adicional de conservação de capital principal (acpconservação)	51.138	25.948
Rwa público não bancário	100.876	506.369
Margem sobre o adicional de capital principal	640.054	78.399
<b>Índice de basiléia:</b>	<b>33,97%</b>	<b>17,36%</b>

**g. Responsabilidade socioambiental**

Além daquilo que a Resolução CMN nº 4.327/2014 apregoa, para o Banco Inter responsabilidade socioambiental é quando a própria organização, clientes, usuários, fornecedores ou prestadores de serviços, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

Nos negócios realizados pelo Banco e nos produtos por ele ofertados, são realizadas avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à responsabilidade socioambiental de suas atividades, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores. A gestão dos riscos relacionados consiste em avaliar os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido quanto ao atendimento à legislação ambiental, condições de trabalho, uso dos recursos naturais, gestão de resíduos etc., e estabelecer o seu nível de risco socioambiental em relação ao seu relacionamento com o Banco Inter.

**26 Eventos subsequentes**

Em 02 de julho de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração a eleição do Sr. Rafael Alves Rodrigues para compor o quadro de diretores do Banco. A posse do Diretor ora eleito está sujeita à aprovação pelo Banco Central do Brasil, após o que será investido no respectivo cargo.

Não houve outros eventos subsequentes relevantes até a data de aprovação destas informações trimestrais.

\* \* \*

### **Conselho de Administração**

Rubens Menin Teixeira de Souza - Presidente

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza - Conselheiro

José Felipe Diniz - Conselheiro

Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez - Conselheiro

Leonardo Guimarães Corrêa - Conselheiro

Cristiano Henrique Vieira Gomes - Conselheiro Independente

Luiz Antônio Nogueira de França - Conselheiro Independente

### **Presidente**

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza

### **Vice-presidentes**

Alexandre Riccio de Oliveira

Marco Túlio Guimarães

### **Diretoria**

Ana Luiza Franco Forattini

Guilherme Ximenes de Almeida

Luiz Carlos de Menezes

Sebastião Luiz da Silva

### **Contador responsável**

Sicomar Benigno de Araújo Soares - CRC-MG 67.120-O-3